

SESSÕES DO PLENÁRIO

60ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 03 de agosto de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

1º SECRETÁRIO: DEP. ROBERTO CARLOS

2º SECRETÁRIO: DEP. ADOLFO MENEZES *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Arthur Maia, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fátima Nunes, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Nelson Leal, Paulo Azi, Paulo Câmara, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira e Zé Neto. (52)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo)-: Invocando a proteção de Deus, declaro aberta esta sessão desejando aos Srs. Parlamentares um feliz início dos trabalhos legislativos.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Marizete Pereira, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 08, 10 e 30/06/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Zé Neto, comunicando sua ausência na sessão do dia 28/05/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Misael Neto, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 16 e 17/06/2009, em razão de estar representando a Assembléia Legislativa da Bahia na Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco no Estado de Minas Gerais.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, o jornal *A Tarde* fez uma matéria denunciando que algumas subcomissões não funcionam na Casa, São cinco. Elas foram criadas, inclusive todas pedidas pelos seus próprios presidentes.

Tendo em vista que a denúncia é grave, vamos mandar apurar. Mas politicamente decidimos suspender todas essas cinco e adotar um critério para a criação de subcomissões. É o de que a subcomissão seja criada na comissão, aprovada pela maioria dos seus membros, uma ata dessa subcomissão será enviada à Presidência, e nós homologaremos.

Posteriormente, todos os presidentes das subcomissões encaminharão aos respectivos presidentes, todos os meses, um relatório da atuação delas. Caso essas subcomissões não sejam relatadas pelo coordenador ao presidente da comissão, elas serão suspensas. Cada subcomissão será fiscalizada pelos próprios parlamentares, ou seja, o presidente da comissão é que é o responsável para solicitar à Presidência o não funcionamento das subcomissões, vez que elas são subordinadas diretamente às comissões.

Quero registrar que hoje, pela manhã, conversamos com todos os presidentes das subcomissões, e todos concordaram com essa posição para que possamos preservar a Casa.

Tenho certeza absoluta de que as subcomissões funcionaram, mas para preservar a imagem do Parlamento baiano nós adotamos essa decisão política. Elas serão criadas através de pedido do presidente da comissão, sendo nela aprovada, por maioria, a ata da criação. Com motivo justo ela será enviada à Presidência, nós homologaremos, e as subcomissões serão fiscalizadas pelos Srs. Parlamentares e coordenadas pelos seus presidentes, além de fiscalizadas também pelo próprio presidente da respectiva comissão.

Essa decisão foi tomada depois de eu ter conversado, repito, com todos os cinco presidentes das subcomissões, que concordaram com ela. Assim estamos decidindo isso nesta tarde.

Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Presidente, rapidamente, antes do Pequeno Expediente, gostaria de parabenizar V.Ex^a. Eu acho que esta Assembleia teria de dar uma rápida resposta a essa matéria. Esta é a forma de mostrar a transparência com que os trabalhos estão sendo realizados nesta Casa.

Parabéns pela decisão tomada!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Obrigado, deputado Gaban.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Gildásio Penedo Filho, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa presente, Galerias, teleouvintes da *TV Assembleia*, inicialmente eu quero desejar a todos um retorno exitoso e próspero aos trabalhos legislativos, já que a Casa se encontrava em período de recesso.

Srs. Deputados, nos acostumamos nestes últimos anos a ver de forma muito clara o governo Jaques Wagner implementar ou pelo menos tentar uma nova política no Estado baiano. Um governo que é muito frágil nas ações efetivas, deputado Clóvis Ferraz, e muito primário em muitas das suas iniciativas tenta, deputado federal Colbert Martins, ex-deputado estadual que aqui se encontra, criar ou ao menos passar para a opinião pública que é um novo governo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gildásio, permita-me registrar a presença do nobre deputado federal Colbert Martins, que deixa muita saudade neste Parlamento.

Eu peço desculpas a V.Ex^a.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Não há problema.

E o governo tenta em todo momento criar essa nova impressão, deputado Euclides, que na Bahia atual acabou o tempo da perseguição política, que a Bahia vive novos ares políticos, que o republicanismo é a bandeira empunhada pelo Partido dos Trabalhadores na Bahia.

Deputado Clóvis Ferraz, nobre deputado federal Colbert Martins, V.Ex^a hoje vai estremecer. Tive a felicidade e a honra de ser votado no município de Quijingue. Quijingue é um município, deputado João Carlos Bacelar, localizado no Nordeste baiano. Município que sempre me deu votações expressivas, sendo aí já por duas eleições o deputado estadual mais votado, inclusive, plagiando o governo, na história política daquele município. Nós tivemos na eleição passada um processo democrático legítimo, normal, como ocorreu em diversos cantos do nosso Estado uma disputa política entre o Democratas, liderados pelo prefeito daquela cidade, um médico, já por duas vezes prefeito anteriormente, Dr. Joaquim Manoel dos Santos, e lá se disputou a eleição com o PT, com uma candidatura até eminentemente jovem que acabou disputando.

Lá o embate foi forte, como faz parte da democracia. Lá estive o governador Jaques Wagner. Durante o período eleitoral, ele com seu staff político, acompanhado do presidente da Casa, deputado Marcelo Nilo, acompanhado do seu secretário, de especial secretário Rui Costa, estiveram no município de Quijingue fazendo do jogo político normal uma disputa, tentando, inclusive, influenciar a população local para que o seu candidato estivesse êxito nas eleições.

Infelizmente, ele não logrou êxito, nós ganhamos a eleição no município. Aliás, deputado Marcelo Nilo, naquele momento, eu fazia uma parábola em que dizia que onde o governador Jaques Wagner esteve durante a campanha perdeu; onde ele foi apoiar, o seu candidato perdeu. Nessa mesma época, ele esteve, no mesmo

helicóptero, em Quijingue, esteve na terra natal do deputado Marcelo Nilo, perdeu; esteve em Jeremoabo, perdeu ; e assim o prefeito democraticamente, de forma institucional, deputado J. Carlos, isso que eu quero dizer aqui é lamentar, porque como muitos baianos temos esperança que o governo, efetivamente, se faça pelas ações independente das cores partidárias.

O prefeito há algum tempo tentava, deputado Couber Martins, uma parceria com o governo no sentido de viabilizar máquinas patrol para poder fazer a recuperação da malha rodoviária do município, haja vista um município de quase 3.000 km², tem uma BA que corta o município ligando ao município de Cansanção, e lá o prefeito, recentemente – e aí é que chamo a atenção, e aí eu não sei qual a motivação, qual o interesse do Partido dos Trabalhadores e do governador- , é de que o ministro Geddel Vieira Lima ao ser acionado pelo prefeito na marcha que esteve em Brasília essa semana, fez a solicitação e foi publicado no Diário Oficial, deputado Carlos Gaban, no dia 21 de julho de 2009, um convênio entre a prefeitura local que daria, deputado Adolfo Menezes, combustível, como deu, quase...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- (...) 6 mil reais, o prefeito, três dias depois do convênio publicado, deputado J. Carlos, recebeu um telefonema que as máquinas estariam chegando ao município na sexta-feira passada. O prefeito institucionalmente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, nobre deputado parlamentar.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- (...) abasteceu, deputado Clóvis Ferraz, as máquinas, imaginando que as obras iriam se iniciar na segunda-feira - chegou a sexta, ficou no sábado e quando foi no domingo à noite recebeu uma ligação do Derba regional de Bonfim dizendo: “Prefeito o senhor é político e sabe como a política funciona. Segunda-feira, as máquinas foram retiradas abruptamente do município numa demonstração muito clara de que a perseguição política ainda é a marca reinante no Estado baiano.

Quero lamentar, Sr. Presidente, e dizer da minha tristeza como baiano, como cidadão..

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, nobre parlamentar.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- (...) como deputado.

Quero para ser muito justo às minhas colocações, dizer que as informações são de que houve uma interferência direta do secretário de Relações Institucionais, o Dr. Rui Costa, que quer ser votado no município, fazendo, utilizando, prejudicando, inclusive...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, por favor, outros deputados gostariam de falar...

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- (...) a população daquele município.

É essa a verdadeira cara do governo...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados....

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- (...) republicanismo quando interessa,

quando convém.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou combinar com os Srs. Deputados aqui que, no Pequeno Expediente, quando completar os 5 minutos do tempo, não vou dar prorrogação porque os demais ficam prejudicados. Meu querido amigo, deputado Gildásio Penedo, sempre passa 20% do tempo. Há um apito 30 segundos antes do fim do tempo, então, no Pequeno Expediente, eu não darei mais prorrogação para ninguém, Srs. Deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Gaban pelo tempo de até 5 minutos, sem prorrogação.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, já há muito, desde novembro do ano passado, estamos denunciando as manobras contábeis apresentadas pelo governo do Estado, iniciadas quando apresentou um saldo de R\$ 1 bilhão em caixa, saldo esse que denunciemos, e o próprio Tribunal de Contas acabou comprovando que, na realidade, era um déficit de R\$ 374 milhões.

Mas, naquela mesma época em que o secretário Carlos Martins esteve aqui veio, apresentando o resultado do último quadrimestre de 2008, ele dizia que a Bahia apresentava uma situação que daria um investimento neste ano de R\$ 2 bilhões.

Se formos analisar o balanço e o Orçamento do Estado, na realidade há no orçamento R\$ 2,7 bilhões para investimento no Estado da Bahia neste ano. Só que acabamos de completar sete meses; restam apenas cinco meses para terminar o ano e o Estado investiu, até agora, apenas 14,03% do Orçamento global do Estado.

Caso eu pegue de uma maneira rápida, e vou fazer um detalhamento no Grande Expediente na semana que vem, a Secretaria de Infra-estrutura, por exemplo, que é onde está o Derba, o Estado da Bahia aplicou, até o momento, decorridos sete meses, e deveria ter aplicado mais que 50%, aplicou, nessa secretaria 17,76%.

Se analisarmos a Secretaria do Desenvolvimento Urbano, o Estado, nesses sete meses, arrecadou tão-somente 12,39% do orçado.

Se pegarmos as secretarias dadas como prioritárias pelo governo do Estado, aliás, áreas em que mais se clama, a saúde, a educação e a segurança pública, é a mesma coisa. Se analisarmos o que o Estado aplicou em segurança pública nos sete primeiros meses do governo, não se assustem, apenas 8,2% do Orçamento aprovado por esta Casa Legislativa, Capitão Tadeu. Por isso a segurança, como V.Ex^a tem denunciado, está numa situação catastrófica, com toque de recolher, homicídios, mais de 30 assassinatos a cada fim de semana; é por conta disso: 8,7% do Orçamento dá quase que 1% ao mês; 1,2% aplicado.

Se pegarmos a área de saúde... A imprensa tem denunciado a morte nos corredores de hospitais, isso e não é a troco de nada. Na saúde, o Estado, até o momento, investiu apenas 9,81% do Orçamento. Por isso ocorrem as mortes, deputado Heraldo Rocha, V.Ex^a, que sempre tem denunciado essa situação de hospitais aqui na Casa.

E se formos para a educação? Na hora em que vemos manifestação de professores universitários de Feira de Santana dizendo que se criaram novos cursos, mas não se contrataram os professores... A educação aqui em Salvador são as escolas fechadas, por quê? Porque nem às empresas de limpeza o Estado está pagando. Os diretores foram obrigados a cancelar as aulas, por conta da imundície em que andam as escolas estaduais aqui na capital e também no interior.

Vamos ver o investimento? Realizou apenas, em sete meses, 10,49% do que esta Casa Legislativa aprovou. E vimos também, recentemente, o secretário dizendo que iria pagar todos a os empreiteiros até 1º de junho, depois julho, depois 15 de agosto. Agora já não vai mais pagar dia 15 de agosto, e disse que não tem mais previsão de quando irá pagar. E não poderia ser diferente, o secretário mais uma vez mentiu para a população baiana ao dizer que a crise acabou. Pode ter acabado nos outros Estados, mas não aqui.

Fiz um levantamento, noticiado pela imprensa nos últimos dias, em que o Estado da Bahia é o pior em crescimento de arrecadação dentre todos os Estados do Nordeste no ano de 2009. É o 2º pior Estado em crescimento de arrecadação do ano em todo o País, é o penúltimo em todo o País.

O secretário disse que a economia da Bahia mudou, que ela estava crescendo tal qual os outros estados. Gostaria que isso fosse verdade, mas se pegarmos os dados, deputado Clóvis Ferraz, de sexta-feira e formos ver, se pegarmos o valor nominal da arrecadação do Estado no mês de julho, tivemos um acréscimo nominal de 0,63%. Se fizermos a correção pelo IPCA a arrecadação do Estado da Bahia no mês de Julho decresceu 3,7%...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- Finalizando, Sr. Presidente. Não há solução para o Estado da Bahia em razão da incompetência da Secretaria da Fazenda.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Obrigado, deputado.

(Revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Sandro Régis pelo tempo de até 5 minutos. Aproveito para parabenizá-lo pelo nascimento de sua filha, a nossa querida Vitória, por sinal é um nome muito importante, uma homenagem que você fez ao nosso Esporte Clube Vitória.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. Divas, representante legítimo de Itapetinga, meus amigos que assistem a *TV Assembleia*, a Casa, hoje, volta aos trabalhos, mais uma vez nosso recesso se encerra.

Entra recesso e sai recesso, entra ano e sai ano, deputado Luiz de Deus, cada vez mais a Bahia caminha para a decadência. O governo Jaques Wagner, cada dia mais falido, governo conhecido como governo “*mal-paga*”, que não paga a ninguém. Governo, deputado Clóvis Ferraz, que recebeu o Estado saneado e conseguiu quebrá-lo, governo, deputado Euclides Fernandes, que tem marcas fortes em sua gestão, governo que alcança 100.000 casos de dengue, governo, deputado Clóvis Ferraz, que aumenta os índices de violência no Estado da Bahia a cada dia, e agora o governo é

conhecido no meio empresarial como o “governo do calote”. Esse é o governo Jaques Wagner, governo que não paga a ninguém! Ele recebe dinheiro para investimentos e começa a manuseá-lo para pagar os seus débitos.

Existem escolas, deputado Gildásio Penedo, que não começaram as aulas porque não tem faxineiras para limparem as salas, deputado Clóvis Ferraz, que não tem merendeiras para distribuírem merendas. E na propaganda, deputado Luiz de Deus, o governo parece que é o governo que transforma a Bahia. De uma coisa temos certeza: o governo Jaques Wagner superará o governo Waldir Pires, conseguirá ser pior, deputada Marizete.

É um governo que não cumpre acordo com ninguém, é um governo, deputado Clóvis Ferraz que não se deve acreditar numa conversa.

E aqui pergunto, onde estão as emendas dos deputados da Oposição, deputado Clóvis Ferraz? Desde que o nosso ano letivo começou disseram que teríamos um modelo diferente, que os deputados teriam valor, e até hoje não cumpriram com nada que acordaram com a Bancada da Oposição. É o governo que não tem palavra, é o governo que se fala e não se escreve, é o governo que acabou. A população baiana não quer mais falar em Jaques Wagner, não quer ouvir mais falar do PT, porque sabe que esse governo chegou à Bahia para superar a incompetência e o descaso que foi o governo Waldir Pires. É esta a marca do governo Jaques Wagner não paga a ninguém.

Os empreiteiros queriam, na semana passada, deputado Euclides Fernandes, fazer uma carreata, com caçamba e maquinário, para ver se recebiam pelos serviços prestados. Os terceirizados não recebem, deputado Clóvis Ferraz! É o governo do calote. Desafio aqui um deputado governista a dizer que é mentira minha que o governo não anda honrando seus compromissos, pagando a quem lhe prestou serviços. Subam aqui e me desmintam! Não desmentem, porque sabem que este governo não paga a ninguém.

Para concluir, Sr. Presidente, que este governo, pelo menos, honre os compromissos da Bancada de Oposição e cumpra o que foi assumido pelo governador Jaques Wagner desde assumiu o governo da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Clóvis Ferraz, presidente da Unale, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, ex-deputado estadual e, atualmente, deputado federal Colbert Martins, senhores e senhoras da imprensa, das Galerias Deputado Paulo Jackson, neste momento que reiniciamos os trabalhos deste segundo semestre legislativo, quero desejar um bom retorno a todos os deputados e a todas as deputadas.

Reiniciamos os trabalhos da Assembleia, que teve uma boa produção legislativa no primeiro semestre, mas, na verdade, os projetos que aprovamos aqui não têm sido postos em prática pelo governo do Estado, inclusive a peça Orçamentária para 2009, mas o governo do Estado até agora praticamente

contingenciou toda ela e pouco desembolsou para a execução de obras e serviços em prol da população.

Isso nos preocupa muito, pois, nesse recesso parlamentar, estivemos nas bases do interior e vimos a situação do Estado, com as estradas arrasadas, assim como a segurança pública, cuja situação é crítica não só na capital, na Região Metropolitana, mas também nos diversos municípios do Estado, principalmente em Vitória da Conquista e outras cidades maiores.

A condição das estradas é realmente lastimável. As obras da estrada que liga Vitória da Conquista a Brumado foram lançadas com dois anos de atraso, lá em Brumado. Nobre deputado, vimos cobrando essa estrada há muito tempo, pois o governador Paulo Souto saiu, deixou assinado o Premar – Programa de Recuperação e Manutenção de Estradas, com o Banco Mundial, mas o atual governo passou dois e não deu início nenhuma obra relativa às estradas. Prometeu dar início à dessa, mas ainda não o fez, embora elas tenham sido lançadas desde maio, início de junho.

Vou dar parabéns ao governo, parabeneizei quando as lançou e disse que lhe daria parabéns quando elas fossem iniciadas iniciasse, porque a população está sofrendo. Espero que realmente se iniciem, não torço para o pior, deputado, mas para o melhor. E quando faço críticas, faço-as em prol da população baiana.

O governador Jaques Wagner foi eleito fazendo promessas aos funcionários públicos e aos baianos, de mudar o estado, de melhorá-lo. E nós vimos aqui hoje denúncias como vimos do deputado Gildásio Penedo da questão da perseguição.

Um Governo que se diz republicano e, no momento em que vai se fazer uma obra, dá-se a ordem de serviço, faz -se um convênio e depois retira as máquinas, por perseguição...

Nós queremos saber se a perseguição é ao ministro Geddel, cujo Ministério foi que fez o convênio, junto com o Derba. Mas, é ao ministro Geddel ou é ao prefeito de Quijingue? Eu preciso perguntar isso ao deputado Gildásio Penedo: se é perseguição, e a quem.

E esse Governo se diz republicano.

E o que nós estamos vendo quando o deputado Sandro Régis cita a questão da fuga dos empreendimentos, quando cita a questão da dengue, são 100 mil casos onde 72 pessoas foram a óbito por causa da dengue no Estado. Nós estamos vendo que a saúde está com problemas, deputado. Então, o que nós estamos vendo é que o Estado não melhorou, muito pelo contrário, piorou as ações dos serviços, mas o governo, que se diz republicano, é muito propagandista, porque está na televisão dizendo que está tudo às mil maravilhas e nós não estamos vendo isso.

Nós estamos vendo agora que foi suspenso o fornecimento através de todos os carros-pipa no interior do Estado, na região do semi-árido onde a situação é crítica. Este ano e no ano passado choveu muito pouco, não se fez água. Daí os carros-pipa que estavam levando água foram retirados. E a Cordec, que é a Coordenação de Defesa Civil, como é que fica nessa situação? Então nós estamos vendo que o governo não está...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- (...) Nós esperamos, porque estamos iniciando aqui na Assembleia Legislativa...

Para concluir, Sr. Presidente.

(...) esse 2º semestre legislativo de 2009 e esperamos que o Governo cumpra seus compromissos com a população. Cumpra, pelo menos, os compromissos de campanha.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais Parlamentares, queria desejar as boas vindas a todos os parlamentares, funcionários desta Casa, após o recesso parlamentar, embora deixando bem claro aqui que é retorno do recesso parlamentar e não o retorno de férias. Todos os parlamentares aqui trabalharam durante o recesso, não tenho nenhuma dúvida sobre essa questão.

Todos os parlamentares aqui desenvolveram suas atividades durante o recesso parlamentar. O que foi desenvolvido, se é favorável ou não à população aí é outra questão, mas não tenho dúvidas de que todos os parlamentares cumpriram com sua obrigação no sentido do exercício da atividade parlamentar.

Eu sempre tenho colocado que o recesso não é férias. O recesso é apenas ausência das sessões plenárias e das reuniões de Comissões. No recesso, o parlamentar está trabalhando, está junto às suas bases prestando contas do seu mandato. Está visitando os diversos segmentos que o apoiam ou não.

Portanto, não tenho nenhuma dúvida. Desejo as boas vidas do recesso parlamentar, mas não das férias, porque não foi férias, ninguém aqui esteve de férias, esteve trabalhando, desenvolvendo a sua atividade parlamentar.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria de concordar com V.Ex^a quando se posiciona acerca da averiguação das Sub-Comissões. Evidentemente é preciso fazer um levantamento sobre essas Subcomissões, para verificar o seu funcionamento ou não. E aquelas que não existem, ou seja, se for constatado que são fantasmas, não há motivo para continuarem.

Então, repito, concordo com a posição de V.Ex^a, como presidente desta instituição. E nesse sentido até apresentei um projeto de resolução, em fevereiro de 2009, que dispõe sobre a divulgação de relatórios estatísticos semestrais das atividades e dá outras providências.

Acho que a Assembleia Legislativa precisa ser realmente transparente, divulgando cada vez mais suas atividades. Não tem nenhum problema, pois todos os parlamentares trabalham, desenvolvem suas atividades.

Por isso, é interessante que sejam divulgados os números de sessões ordinárias, extraordinárias e especiais realizadas; a presença de cada deputado nelas; a quantidade de sessões especiais solicitadas, de intervenções, de leis complementares e emendas constitucionais, com a indicação da autoria.

Também deve ser divulgado o número de reuniões das comissões, informando-se a lista de presença e a quantidade de processos distribuídos, de pareceres apresentados, de votos em separado, de pareceres votados, com a indicação de sua autoria.

É importante que tudo isso seja disponibilizado na página da Assembleia Legislativa, na Internet, pois não há nenhum problema com relação a isso. E mais, as atas das sessões plenárias ordinárias e extraordinárias também deveriam ser publicadas mensalmente no *Diário Oficial* do Estado. Não tem nenhum problema.

Essas medidas de transparência vão fortalecer esta instituição e cada deputado desta Casa, bem como a democracia. Acho isso fundamental...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:-Concluindo, nobre presidente.

(...) para evitar qualquer especulação ou notícia, às vezes, maldosa...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado, por favor.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- (...) Enfim, é preciso que haja realmente essa transparência. Por isso sugiro a aprovação desse projeto de resolução.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Heraldo Rocha, Líder da Minoria, por até 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, quero saudar todos os senhores e senhoras que nos dão a honra nesta sessão, no reinício dos trabalhos após o recesso parlamentar.

Sr. Presidente, a Bancada da Oposição demonstrou, durante o recesso, com muita clareza a situação pré-falimentar do nosso Estado. Há pouco, os nobres deputados Gaban e Sandro Régis mostraram a gravidade da situação da Bahia.

O Estado está quebrado, não tem recursos para pagar aos fornecedores. As suas obras estão paradas e os empreiteiros não querem mais aceitar novas. Contra fatos não há argumento. A situação financeira do Estado é grave e nos preocupa bastante, como temos afirmado à imprensa falada, escrita e televisada.

O governo continua afirmando que a situação está sob controle. Sob controle como, se há um *deficit* de mais de R\$ 500 milhões de débitos com fornecedores? Como a situação está sob controle, se as escolas estão sem os prestadores de serviços, se os hospitais estão sem os prestadores de serviço, se 7.000 professores não foram ainda contratados pelo Estado? Receberam recursos do BNDES, uma parte; receberam recurso do BIRD, outra parte! A verdade é que o relatório apresentado pela Bancada da Oposição e confirmado pelo conselheiro do TCE Pedro Lino em audiência pública nesta Casa, é totalmente verdadeiro.

Há pouco, um repórter me perguntava qual seria a posição da Bancada do governo neste segundo semestre? Respondi-lhe que a Educação está um caos, assim como a Segurança Pública. Recentemente, a deputada Virgínia Hagge, em companhia de outros parlamentares, esteve com o secretário da Segurança, que disse que

vereadores e deputados teriam que fazer uma vaquinha para comprar uma viatura e que ia plotar o carro. Quero participar dessa vaquinha, deputada!

Um município do porte de Itapetinga não tem viatura policial. O poder público municipal, os vereadores, as autoridades, os líderes estão locando viaturas! A que ponto chegamos!

Este governo acabou. São dois anos e seis meses de governo, e o governador continua no palanque. Desça do palanque, governador Jaques Wagner, desça do palanque e venha administrar o nosso Estado! Desça do palanque e venha administrar a Educação, a Saúde, a Segurança Pública e, por intermédio dos órgãos de comunicação, dizer: “O Estado da Bahia está falido, quebrado! Não tenho recursos para pagar! Devo, não nego, mas pago quando puder!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Maria Luiza Laudano, pelo tempo de 5 minutos.

Deputada Maria Luísa, quer falar?

Com a palavra o deputado Pedro Alcântara. (Pausa.) Com a palavra o deputado Euclides Fernandes. (Pausa.) Com a palavra a deputada Maria Luiza Barradas Carneiro. (Pausa.) Com a palavra o deputado Isaac Cunha, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ISAAC CUNHA:-Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos voltando depois de longos dias, em que não descansamos, mas, na verdade, trabalhamos, estivemos em contato com vários outros deputados na jornada, nas caminhadas e vimos o desempenho de cada um na Bahia, buscando estar em contato com a sua base eleitoral, trabalhar e dar o retorno das suas atividades parlamentares às suas regiões.

Fico feliz por isso e estou falando aqui, porque vi diversos parlamentares, na nossa caminhada, fazendo o que eu estava fazendo, como militante do Partido dos Trabalhadores, como deputado representando a região de Jequié, assim como há outros representantes, percebi que, de fato, fizemos o nosso trabalho. Aquela frase dizendo que pobre quando trabalha carrega pedra, aplica-se a nós, porque estivemos no recesso trabalhando pela Bahia.

E neste momento venho para contestar. Não estou vindo para um desafio ao deputado, não é esta a minha motivação; não venho desafiar qualquer deputado. Sinto-me honrado em fazer parte deste governo que está mudando a cara do nosso Estado. Então, é preciso entender o que foi a Bahia ontem e o que está sendo hoje. Vejo claramente os feitos do governo em nosso município, sinto que a mudança da Bahia passa pelo aconteceu em Jequié. Existem falas equivocadas com relação à administração Wagner. Não é possível mudar a realidade de um estado que foi sucateado durante anos. Hoje temos um governo que está restaurando a Bahia, e todos os que a governaram tiveram dificuldades ao longo de suas gestões, assim também acontece na nossa gestão, os números por si só irão dizer – esta frase não é minha, mas do governador –, irão mostrar, no final dessa administração, o que fizemos na Bahia, mudando para melhor a realidade do povo baiano.

Por isso falo e garanto a nossa caminhada, pois o povo tem dito que a Bahia precisava de um governo como o atual, para mudar princípios e conceitos que deixaram o povo desorientado com o que é fazer política. O nosso governador e os nossos secretários têm implementado ações importantes. É claro que encontramos algumas dificuldades em alguns setores, mas que já vinham acontecendo antes na Bahia. Encontramos uma Bahia com sérios problemas a serem resolvidos. Não são 4 anos ou 2 anos e 7 meses suficientes para mudar essa realidade. É preciso mais tempo para que possamos mudar de fato o que acontece em nosso Estado.

Portanto, quero deixar claro que este governo está implementando ações para mudar a Bahia. Esta é a verdade, e o povo a reconhece. Então não é um governo falido.

Apesar de ter ainda muito que falar sobre este assunto, quero, agora, parabenizar o prefeito de Ibirapitanga. Quero mandar um abraço para os companheiros e moradores de Ibirapitanga, já que hoje aquela cidade completa 48 anos de emancipada. O prefeito novo, que encontrou um município com dificuldades, está fazendo bom trabalho. É uma cidade da região cacauzeira que estava entre as 10 maiores produtoras e que conta com um prefeito que sabe desempenhar com competência seu mandato.

Parabéns, Sr. Prefeito, por este dia e por esses 8 meses de governo; parabéns Ibirapitanga, onde foi realizado o maior São Pedro da região sul do Estado; parabéns, Srs. Deputados, pelo trabalho que desempenharam em cada região. Finalizo dizendo que este é o governo que está fazendo a diferença no Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, deputado Couber Martins, irei falar hoje pela situação que o governador entregou à bandidagem.

A Bahia está nas mãos da bandidagem. Não há segurança no Estado. E o deputado Isaac fala que é um governo de inovação.

O governador foi a Ichu inaugurar uma praça e gastou 60 mil reais. Gastou mais com o avião e o helicóptero que alugou e com as diárias da grande comitiva. O governador não administra. O governador só pensa em politicagem, ele é refém das piores práticas políticas, é essa a situação. Por isso o governador não irá, deputado, nem para o segundo turno. Os baianos não veem a hora de se livrar dessa politicagem. Enquanto isso usa-se uma propaganda mentirosa, uma propaganda que engana os baianos. Foram vinte e um assassinatos no final de semana! O Nordeste de Amaralina está sob toque de recolher, e a Polícia não tem comando. Há greve, delegado invadindo a Corregedoria bêbado e agredindo corregedor e delegadas. Um tenente da Polícia mata um perito e a população de Salvador, deputada Maria Luiza, está entregue à violência.

Vamos discutir esse assunto daqui a pouco. Enquanto isso a Bancada do PT se ausenta desta Casa porque está nas secretarias querendo criar uma secretaria especial da Copa. Secretaria especial da Copa, governador...!

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- (...) Este governo medíocre já está chegando às raias do ridículo.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito, deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Questão de ordem do deputado Gildásio Penedo Filho.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem é para pedir a compreensão do deputado Álvaro Gomes porque hoje todos nós fomos surpreendidos através da internet com uma avaliação feita pela ONG Transparência que dá conta, segundo ela, da baixa produtividade do Poder Legislativo baiano, principalmente no que tange à proposição de iniciativa de deputados.

Primeiro, entendo como distorcida essa avaliação. Os deputados que foram citados evidentemente gozam do respeito e da credibilidade baiana, são deputados preparados que têm, efetivamente, contribuído e muito para o engrandecimento desta Casa. Percebendo essa distorção, não há dúvida de que existe um gargalo, deputado Roberto Carlos, em relação à verdadeira prerrogativa do legislador que é apresentação de projetos de lei.

Nós, deputado Álvaro Gomes, V.Ex^a inclusive foi citado nesse levantamento, temos uma proposta de emenda constitucional apresentada a esta Casa no ano de 2007, subscrita por 22 parlamentares das mais variadas correntes políticas desta Casa, dando aí dimensão de que essa matéria não pode e não deverá ser tratada pelo viés político-partidário. Mas há uma necessidade premente da revisão, deputado Roberto Carlos, do art. 77, inciso VII, da Constituição Estadual, que de claro e de pronto limita o poder legiferante desta Casa Legislativa.

Eu tenho visto e quero fazer justiça ao presidente das Assembleias estaduais do Brasil, deputado Clóvis Ferraz, nosso companheiro de Bancada, que tem feito um esforço muito grande no sentido de cobrar do Congresso Nacional determinadas prerrogativas em relação a algumas matérias, deputado Edson Pimenta, que hoje estão restritas no âmbito do Congresso Nacional.

A nossa Constituição estadual é muito mais limitadora. O legislador baiano de 89, deputado Álvaro Gomes, praticamente cerceou a capacidade legiferante dos deputados estaduais porque o art. 77, deputado Roberto Carlos, é muito claro, diz que qualquer projeto que gere despesa tem que ser de autoria exclusiva do Poder

Executivo estadual.

Portanto, deputado Edson Pimenta, hoje estamos fadados mesmo a ser citados de forma até equivocada, destoante do contexto político, como o deputado Heraldo Rocha que tem um trabalho extremamente consolidado na Bahia, foi secretário de Estado, deputado estadual por quatro ou cinco legislaturas, Líder de Partido, Líder de Bancada, o deputado Carlos Gaban, presidente desta Assembleia, deputados também do governo que têm um trabalho, uma dedicação a seus mandatos e apresentam boas ideias. Mas se efetivamente nós não retirarmos, deputado Álvaro Gomes, da Constituição Estadual esse limite constrangedor que impõe à Bahia – praticamente é exceção...

Então, é importante que nós nos debrucemos de forma suprapartidária – bancadas de governo, de Oposição, bloco independente, Mesa Diretora –, porque não adianta fazermos, deputado Roberto Carlos, um esforço conjunto a cada final de semestre e botarmos projetos que, efetivamente, terão amanhã, de forma muito clara, a própria negação do Executivo, através de um veto, levando o Executivo a um constrangimento. Por isso, quero apelar a esta Casa, mais uma vez... Nós estamos hoje, de certa forma, maculados pela capacidade limitada, deputado Adolfo Menezes... Somos hoje um Poder que praticamente não legisla, deputado Pedro Alcântara. Então, é importante que, em nome da independência, da autonomia e do fortalecimento deste Poder, que possamos de fato aprovar essa PEC que já está na Ordem do Dia. O presidente, deputado Marcelo Nilo, acabou nomeando o deputado Gilberto Brito como relator dessa PEC para que a Casa dê uma demonstração e tire-nos essa pecha de ser o Poder Legislativo, único no Brasil, que não pode efetivamente legislar, fazendo justiça ao que preceitua a Constituição Federal.

Esse é o apelo que faço à Mesa, a todos os líderes partidários e a todos os deputados que compõem o Poder Legislativo baiano.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- V.Ex^a tem toda razão.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, não quero fazer esta observação na forma de questão de ordem já que tenho 25 minutos. Realmente, só as faço quando, geralmente, são questões de ordem. Acho que cada vez mais temos que nos exercitar, esforçarmo-nos para fazer os discursos nos horários das lideranças, nos pequenos expedientes, e reservarmos as questões de ordens para efetivamente as questões de ordem. Mas eu gostaria de fazer algumas considerações sobre o que o deputado Gildásio Penedo ressalta na sua fala...

O Sr. Clóvis Ferraz:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- V.Ex^a está inscrito.

Queria dizer ao deputado Gildásio Penedo que concordo que nós precisamos buscar mecanismos para aperfeiçoar o processo de votação de projetos nesta Casa. Estão tramitando na Assembleia Legislativa mais de mil projetos. Sou autor de aproximadamente 240 projetos, mas são mais de mil projetos tramitando aqui nesta

Casa Legislativa. A Assembleia Legislativa da Bahia era a única Assembleia Legislativa do Brasil que não votava projetos de deputados nas legislaturas anteriores. Quando exerci a tarefa de líder da Oposição e que, na época, era líder do governo o nobre deputado Clóvis Ferraz, ingressamos com um mandado de segurança, inclusive conseguimos uma liminar, mas no processo de negociação conseguimos, pela primeira vez, votar projetos de parlamentares.

Votamos naquele processo negocial e também em função da própria ação da Justiça, mas aquele processo precisava e precisa ser aperfeiçoado. Ainda nesta legislatura nós votamos, no último semestre, catorze projetos de deputados. Evidentemente foram mais de 200, considerando os títulos de cidadão e a questão da utilidade pública. Mas do ponto vista de projetos que assim podemos considerar, foram catorze projetos de parlamentares. Foi um avanço? É evidente que foi um avanço. Agora, volto a insistir: temos que retomar a discussão e a votação de projetos de deputados de forma regular. Eu acho que cabem determinados acordos aqui na Assembleia Legislativa. Não condeno acordos. Mas isso deve ser um caso extra, uma exceção. A regra tem que ser a votação do projeto do parlamentar de forma normal, ou seja, a tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e também na comissão temática, além da discussão aqui em Plenário!

O Sr. Clóvis Ferraz:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- V.Ex^a está inscrito.

Evidentemente esse processo se transforma num processo muito mais democrático que permite a participação da sociedade. Se nós fazemos a discussão e a votação por acordo, embora seja válido, então é melhor do que não aprovar. Mas acho que temos de avançar. Aí, nobre deputado Gildásio Penedo, que fez a questão de ordem, e o nosso camarada Edson Pimenta, que também tem boas proposições nesta Casa assim como os demais parlamentares, não há nenhum impedimento em votar determinados projetos neste Legislativo. Por exemplo, quanto ao de defesa do consumidor, a Assembleia Legislativa da Bahia, como qualquer outra dos outros estados do nosso País, tem competência concorrente para votar projetos de defesa do consumidor, assim como outras proposições.

Portanto, a votação de projetos de parlamentares precisa ser aperfeiçoada. A emenda do deputado Gildásio Penedo e dos demais deputados que assinaram é constitucional e facilita a votação de projetos de parlamentares. Mas não podemos utilizá-la como justificativa para não votar projetos de deputados. Tivemos aqui um projeto muito polêmico, o da tarifa de assinatura dos telefones.

O deputado Luiz de Deus, que seja feita justiça, era um governista à época, fez um parecer favorável, teve a coragem e sustentou isso até o último minuto. Estou sugerindo inclusive que ele seja relator desse projeto que reapresentei, está tramitando e precisa ser votado aqui! Extingue a tarifa-assinatura. Há também o projeto da Oi e da Velox, sobre o acesso à Internet banda larga, assim como vários outros de defesa do consumidor, além de diversas outras matérias de outros parlamentares. Todas são importantes para esta Casa e precisam ser votadas neste Plenário.

Portanto, acho que mecanismos para facilitar a votação dos projetos são importantes, e não se justifica que muitos deles fiquem adormecidos sem serem votados. Porque esta Casa tem competência, sim, para votar centenas de projetos em áreas nas quais existe a competência concorrente da Assembleia Legislativa com a esfera federal.

Com o aparte, pela ordem, o deputado Clóvis Ferraz. Pediria que fosse breve porque tenho vários assuntos para abordar. Em seguida darei apartes aos nobres deputados João Carlos Bacelar, em segundo lugar, e Gaban, em terceiro.

O Sr. Clóvis Ferraz:- Deputado Álvaro Gomes, quero parabenizar V.Ex^a e até pediria que ficássemos só neste tema para debater, por ser tão importante a votação de projetos da lavra, de iniciativa do próprio deputado. É um assunto que hoje mobiliza não só esta Assembleia Legislativa, mas todas as outras do País. Como presidente da Unale, estamos patrocinando em 27 e 28 de agosto em Cuiabá, Mato Grosso, juntamente com a Assembleia Legislativa daquele Estado e a sua Comissão de Constituição e Justiça, uma conferência de dois dias para discutir exatamente a constitucionalidade dos projetos de deputados.

Por que envolver as Comissões de Constituição e Justiça, exatamente por onde passam os projetos inicialmente em todas as 27 Assembleias do País e a Câmara Distrital de Brasília para discutir a legalidade e a constitucionalidade. Concordo com V.Ex^a, deputado Álvaro Gomes, em um ponto: quando diz que têm que ser feito todos os esforços para que se votem projetos dos deputados, mas é preciso que se tire o óbice da inconstitucionalidade, porque a Assembleia tem competência, mas muitas vezes não tem a legalidade, e os projetos votados são inconstitucionais por vício de origem. Trata-se de vício de origem quando se diz, deputado Gildásio Penedo, na questão do art. 77, que deputados não podem gerar despesas para o Estado. E pergunto: qual o projeto que votado, mesmo que seja o mínimo possível, não gera despesas para o Estado? São raros ou não existem projetos que não gerem despesas para o Estado.

Projetos que versam sobre matéria tributária não podem ser de iniciativa de deputado, então praticamente se limita em mais de 90% a iniciativa dos deputados estaduais para apresentarem projeto. E o que estamos fazendo na Unale? Fazendo uma mobilização em todo o País, em todas as Assembleias, estamos lutando por isso, e não é de agora, para retomar as prerrogativas das Assembleias, do poder que foi tirado pela Constituição federal de 1988 e posteriormente por diversas outras, como a emenda constitucional nº 1.596, que tirou uma das prerrogativas das Assembleias, que era dar emancipação a municípios nos Estados, a qual a Câmara federal levou e estamos brigando para que volte.

Portanto, devemos votar por acordo, mas temos que restabelecer a constitucionalidade. Tem o problema da legislação concorrente, podemos votar projetos, às vezes, da legislação concorrente, mas temos que lutar é pela legalidade, pela constitucionalidade, e que a Câmara federal e o Senado devolvam, tenham a compreensão de nos devolver aquelas prerrogativas que nos foram tiradas em 88 e em seguida.

Por isso temos que lutar, por isso quero aqui convidar todos os deputados para esse debate em Cuiabá, Mato Grosso, acho muito importante a participação, principalmente, dos deputados que fazem parte das Comissões de Constituição e Justiça, tanto desta Assembleia como das dos outros Estados.

Muito obrigado pelo aparte de V.Ex^a.

O Sr. João Carlos Bacelar:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Com o aparte o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputado Álvaro Gomes, quero parabenizar V.Ex^a pela preocupação e dizer que concordo, conte com o meu apoio, mas quero lhe fazer um apelo para que coloquemos na prática o nosso discurso, que esta Casa possa discutir. Temos o parecer das contas do governador nas mãos de V.Ex^a há mais de um ano, e não vem a Plenário. Então, deputado, essas contas, em que o conselheiro Zilton Rocha apontou sérias irregularidades... O governador do avião, o governador de Ichu, será que há algum problema nas contas dele? Há um ano não votamos as contas do governador, que é a função primordial desta Casa. Concordo com V.Ex^a, sei da sua luta, mas fica aqui esse apelo para que as contas de 2007... Vocês estão com medo do PMDB? O PMDB não vai derrubar as contas de vocês, não tem problema, quem ia derrubar era Zilton Rocha, mas de última hora deu lá um conserto. Obrigado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Com o aparte o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Álvaro Gomes, agradeço o aparte de V.Ex^a, realmente é um tema importante, mas lhe confesso que, com todos esses mandatos, estou meio cansado de debater esse tema. Até porque V.Ex^a, com todo respeito, é um dos parlamentares que no governo passado mais criticavam a não votação, a falta de apreciação, votando-se a favor ou contra, arquivando-se ou não, se for contra a Constituição, entrando no mérito, votando os projetos oriundos dos parlamentares. Mas agora V.Ex^a tem 46 parlamentares na base do governo Wagner, V.Ex^a culpava os ex-governadores pela não votação de projetos oriundos de parlamentares, agora com uma base de 46 deputados e com o comando da Comissão de Constituição e Justiça...

Eu tenho, por exemplo, um projeto que trata do código de ética, fundamental para o funcionamento desta Casa, e não é nem apreciado, não envolve dinheiro. Está acabando a crise financeira, e eu havia apresentado um projeto de incentivo para as empresas não demitirem nessa época de crise e garantirem o emprego para os trabalhadores. Por que não votam? Porque não querem, é só conversa fiada.

E eu só vou voltar a tratar desse assunto, deputado Álvaro Gomes, com todo o respeito, quando V. Ex^a e os 46 membros da Bancada de Wagner, mostrarem que aquele discurso era vazio, que não se votava porque não era vontade do governador. Ou então o governador Wagner não quer que a Bancada dele de 46 parlamentares aprecie projetos oriundos de parlamentares.

Obrigado pelo aparte.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Nobres deputados aparteantes Clóvis Ferraz, João Carlos Bacelar e Gaban, primeiro vou responder ao deputado Clóvis. Essa questão da votação de projetos de parlamentares, existe a possibilidade de se votar seja nesta ou em qualquer legislatura. Eu falei aqui que existem determinadas proposições, como

as relativas à defesa do consumidor, que não tem inconstitucionalidade nem ilegalidade, são proposições que podem ser apreciadas e transformadas em lei. No geral, são proposições de extrema importância para a sociedade. Eu citei aqui um dos exemplos, que é de uma proposição minha, um projeto extremamente polêmico. E eu sugiro até, que o deputado Luiz de Deus, seja o relator desse projeto, porque eu o reapresentei, trata da tarifa assinatura de telefonia. Na legislatura anterior, a proposição passou na Comissão de Constituição e Justiça e foi derrotado na Comissão de Defesa do Consumidor, que não é uma comissão de defesa dos empresários da telefonia, e foi rejeitado lá. Mas eu reapresentei o projeto.

E sempre faço elogios ao deputado Luiz de Deus que, mesmo sendo da Bancada governista na época de Paulo Souto, fez o parecer favorável, a proposição foi aprovada naquela comissão, mas caiu, infelizmente. E eu o reapresentei desde o início desta legislatura, ele está tramitando; conversei com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça pedindo para distribuir e sugeri, inclusive, que o relator fosse o deputado Luiz de Deus. Então eu faço questão, nós fazemos questão que ele seja votado aqui. Vou levantar essa bandeira com toda a força.

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal tomou uma decisão de que é competência do Estado legislar sobre questões de telefonia, de defesa do consumidor. Portanto, esse projeto deve ser votado aqui como vários outros de outros parlamentares. Não apenas projetos de minha autoria.

Quero também ressaltar, deputado Clóvis Ferraz, que, no que diz respeito a votação de projetos de parlamentares, nós tivemos alguns avanços. Aproximadamente 100 projetos foram votados na Comissão de Constituição e Justiça. E entre 800 a 1000 projetos foram distribuídos para relatores. Quero aqui dizer e prestar contas que já fiz o relatório de, mais ou menos, 200 projetos. Todos os projetos que chegaram em minhas mãos para eu relatar, eu já o fiz, aproximadamente 200.

Quero dizer também que houve um avanço...

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Concedo um aparte a V. Ex^a, porque já lhe respondo o questionamento, assim como os dos deputado Gaban e João Carlos Bacelar.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Deputado Álvaro, agradeço o aparte de V. Ex^a e não tenho dúvida de que V. Ex^a, dentre esses 200 pareceres que elaborou, deve ter incluído o parecer das contas do Executivo Estadual, pois foi o relator da Comissão de Finanças e Orçamento, em 2007. Então não tenho dúvida de que, dentre esses 200 pareceres que V. Ex^a acaba de citar, até pela importância e magnitude da matéria, haverá de estar o relatório das contas do Executivo Estadual.

Mas quero aproveitar a boa vontade de V. Ex^a, deputado Álvaro, e conclamá-lo, pois – e faço-lhe justiça –, mesmo sendo de corrente partidária divergente da nossa, não deixo de reconhecer a sua presteza, a sua dedicação ao trabalho e à atividade parlamentar.

É importante que V. Ex^a assuma, de fato, também esta bandeira de votarmos a PEC 111, que limita, deputado Javier Alfaya, que sábado completou mais um ano de

vida, esse guerreiro comunista, amigo e parceiro de anos na Assembleia, a quem quero também homenagear...

Mas, deputado Álvaro, é importante que V. Ex^a também se junte a todos nós nesta luta para aprovarmos esta PEC para que, efetivamente as boas ideias, os bons propósitos apresentados por todos os parlamentares tenham uma acolhida funcional, pois não adianta, deputado Álvaro Gomes, votarmos os pareceres de V. Ex^a, se a maioria deles incorre em vício de iniciativa por força do art. 77, inciso VII, da Constituição Estadual.

É esse o apelo que lhe faço.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Nobre deputado Gildásio Penedo, tudo o que venha a facilitar a votação de projetos de parlamentares conta com meu apoio. Naturalmente, continuo defendendo todos os princípios que defendi na legislatura passada, e o esforço para votar-se projetos de parlamentares deve ser coletivo.

O que quero deixar claro para V. Ex^a é que, mesmo sem a aprovação da PEC a que V. Ex^a se refere, podemos votar projetos de parlamentares, e essa é a questão central.

Nobre deputado João Carlos Bacelar, no que se refere ao parecer da Comissão de Finanças, V. Ex^a tem que analisar que a responsabilidade não é apenas do deputado Álvaro Gomes e que as comissões estiveram desestruturadas durante um bom tempo. Depois que foram reestruturadas, em determinados momentos estive presente, mas não houve quórum; em outros momentos, ou não pude comparecer, ou não houve quórum. Na realidade, são oito membros da Comissão, sou apenas um deles, mas, se for observar a lista de presença, V. Ex^a verá que sou um dos mais presentes à Comissão de Finanças e Orçamento.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

Então V. Ex^a pode constatar que sou um dos mais presentes, até na Comissão de Finanças e Orçamento.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

Trarei aqui o levantamento para mostrar a V. Ex^{as} que sou um dos deputados mais presentes, até na Comissão de Finanças e Orçamento. Trarei o levantamento da minha presença na Comissão de Finanças e Orçamento para mostrar-lhes que, mesmo lá, sou um dos mais presentes. Mostrarei e provarei com dados, cópias de atas, informações concretas.

Portanto, esse problema existe, mas infelizmente não foi discutido, não foi votado até o momento. O parecer já está pronto desde o primeiro dia. Elaborei cerca de 200 pareceres, que já estão tramitando nas comissões, inclusive o da Comissão de Finanças e Orçamento, que não foi votado porque não ocorreu a reunião, houve problemas, mas o parecer está pronto.

Continuando, são 25 minutos, quero dizer que incorporo os apartes dos deputados Bacelar, Gaban, Gildásio, Clóvis Ferraz, mesmo discordando profundamente de alguns deles, ao meu discurso, pois contribuem para o debate, a polêmica. Considero isso importante.

Nobre deputado João Carlos Bacelar, teria vários assuntos para falar – Cuba,

Iapaz, CTB, PCdoB, crise mundial –, mas o tempo está muito curto. Entretanto gostaria de me referir aos investimentos em Ichu, que, na realidade, nobre deputado, foram de R\$ 312 mil, sendo realizados serviços de pavimentação, urbanismo, iluminação, colocação de equipamentos como bancos, lixeiras, mesas e grades, em vez dos R\$ 60 mil que V.Ex^a citou.

Por último, gostaria de dizer que, após 30 anos, agora o governador autorizou a restauração de 180 quilômetros das BAs-262 e 263. Repito, depois de 30 anos sem receber nenhum tipo de intervenção, os trechos Brumado/Vitória da Conquista, da BA-262, e Vitória da Conquista/Itambé, da BA-263, terão 180 quilômetros restaurados pelo governo da Bahia. Essa obra vai beneficiar 17 municípios e 731 mil pessoas.

Enfim, são vários temas que eu teria ainda para abordar, mas concluo porque o meu tempo já terminou.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Questão de ordem, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, tendo em vista o discurso do nobre colega Álvaro Gomes, que acabei de ouvir, solicito a V.Ex^a que peça à Secretaria da Mesa que informe a quantidade de projetos que foram votados em Plenário este ano e quais foram os relatores, porque o Regimento Interno está sendo descumprido.

O deputado Álvaro acabou de afirmar que já relatou mais de 200 projetos! É por isso que nada nesta Casa anda. Sou deputado e ainda não me designaram, nem na Mesa nem nas comissões, para relatar nenhum projeto, e o Regimento Interno é bem claro para que haja uma divisão proporcional. E o deputado Álvaro informou que já relatou, repito, mais de 200 projetos.

Portanto, gostaria de que V.Ex^a solicitasse da Secretaria da Mesa a informação de quantos projetos já foram relatados por cada deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- V.Ex^a será atendido.

Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, ainda em relação ao pronunciamento do nobre colega deputado Álvaro Gomes, gostaria, até para que esta Casa pare com o jogo de palavras...

Ora, o deputado Álvaro Gomes afirmou ali da tribuna que é um dos mais presentes na Comissão de Finanças e Orçamento. Não é verdadeira essa afirmação! Com todo o respeito, ele pode querer fazer jogo de palavras falando de sessões realizadas, mas o que eu quero ver é a presença de parlamentares que estão possibilitando o funcionamento das comissões técnicas na Casa. Porque V.Ex^a, deputado Álvaro Gomes, tem sido proibido, como toda a base do governo Wagner, os 46 parlamentares; ficam ali três assessoras do secretário Rui Costa proibindo o acesso de parlamentares à Comissão de Finanças e Orçamento.

Então vamos parar com o jogo de palavras aqui. Não são as comissões que funcionaram, não; são as que deixaram de funcionar pela ausência do deputado Álvaro Gomes e de toda a Bancada do governo, que não quer enfrentar de cara os problemas sérios de finanças que o governo está passando. Eu, por exemplo, Sr. Presidente, estou me sentindo constrangido, porque já estou com o parecer pronto para relatar as contas do Tribunal de Contas do Estado de 2008. Sabe por que não o fiz? Para não desmoralizar a Casa, porque tem uma de 2007, do governo Wagner, que não foi relatada, não sei por quê.

Então, acabou, deputado Álvaro Gomes, vamos parar com o jogo de palavras aqui, somar presente, não, não é verdadeiro. V.Ex^a é um dos mais ausentes que tem impossibilitado o funcionamento de uma comissão importantíssima, a de Fiscalização, Finanças e Orçamento, num momento em que a Bahia é o pior Estado em arrecadação no Nordeste, é o único Estado do Nordeste, Sr. Presidente, que caiu a arrecadação de 2009, comparado com os outros oito Estados nordestinos; é o segundo pior do Brasil, só teve queda de arrecadação em 3 Estados brasileiros em 2009, mesmo com a crise, que foi o Amazonas, Bahia, que é o penúltimo, e Minas Gerais, e a gente não pode discutir esse assunto.

E vou aproveitar, deputado Álvaro Gomes, e V.Ex^a que tem todos os instrumentos e diz que quer transparência, evite então, ou então vamos ganhar tempo, eu vou pedir formalmente pela Comissão quando a base do governo der presença lá, eu vou pedir uma cópia dos contratos firmados com o BID e com o BNDES para que nós possamos cumprir com a nossa obrigação de ver como é que esses recursos deveriam ser aplicados. Porque vimos declaração não só do Secretário Walter Pinheiro como do Secretário Carlos Martins que esse dinheiro do BID que chegou, como o do BNDES que vai chegar, vai ser para pagar custeio e obras já realizadas no passado. E é por isso que a Bahia, até o mês de julho, executou apenas 14% do orçamento previsto de 2,7 bilhões, isso incluso o restos a pagar definidos como débitos de exercícios anteriores.

Então, a Bahia não fez nada. E no tripé saúde, educação e segurança, segurança foi 9,8% , um desempenho pífio. Por isso que está aí toque de recolher nos bairros da cidade. Tem hospital aí com gente morrendo nos corredores. Tem a educação que não funciona no Estado e a Bahia investiu, no global, 14% e nesse segmento sempre abaixo de 10,5%. É por isso que nada acontece quando deveria ter implantado 56. E não vai executar. Sabe por que, deputado Paulo Azi? Pelo que deixou de fazer. Não cumpriu com a sua obrigação, a de fazer o dever de casa. Não fez, não tem dinheiro, está trabalhando para pagar a folha de pagamento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, isso não é questão de ordem.

Deputados, a presidência já decidiu aqui que não vai aceitar questão de ordem que não seja relacionada ao Regimento. Peço aos Srs. Parlamentares, por favor, que não insistam em questão de ordem que não seja regimental, ou seja, para dirimir alguma dúvida do Regimento. Portanto, a partir deste momento, a presidência só vai aceitar questão de ordem - e eu sugiro aos Srs. Parlamentares que substituam o presidente durante a sessão - que adotem esse mesmo critério, porque não é possível

que os parlamentares utilizem a questão de ordem para fazer discurso. Então, faço um apelo, é uma decisão, a presidência não aceitar e sugiro aos Srs. Parlamentares que assumam essa presidência que adotem essa mesma postura.

O Sr. Pedro Alcântara:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Pedro Alcântara, se for em relação ao Regimento.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, a nossa questão de ordem vai no sentido do que V.Ex^a colocou. Essas questões de ordem estão transformando em desordem o andamento da sessão. Os deputados que estão inscritos nas Representações Partidárias, na hora das Lideranças, estão sendo prejudicados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): Eu concordo, deputado.

O Sr. Pedro Alcântara:- Então, é necessário que se coloque ordem. A questão de ordem é para colocar ordem e não desordem no andamento dos trabalhos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sugiro a todos os Srs. Parlamentares, principalmente aos da Mesa Diretora que assumam aqui a presidência, que não aceitem questões de ordem que não sejam regimentais para dirimir alguma dúvida no Regimento, isso para todos os 63 parlamentares.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do Governo e da Maioria ou representante do PCdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o nobre deputado Edson Pimenta.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Edson Pimenta pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. EDSON PIMENTA:- Sr. Presidente, senhoras e senhores deputados, senhoras e senhores funcionários, profissionais de Imprensa, senhores presentes nas Galerias Paulo Jackson, Sr. Presidente, quero aqui nesta tarde de retorno aos nossos trabalhos parabenizar o governador Jaques Wagner pela decisão acertada de ter chamado o deputado federal Walter Pinheiro para assumir a Secretaria de Planejamento do Estado.

A chegada do deputado Walter Pinheiro na Secretaria de Planejamento nos dá a garantia de unir a experiência política que o deputado acumulou ao longo da sua carreira, dos seus mandatos como deputado federal com o conhecimento técnico. E agora percebemos a engrenagem do nosso governo, o que nos deixa felizes, tendo em vista que temos a certeza de que esta crise, que os urucubacas tanto tentam que prevaleça por mais tempo, está chegando ao fim.

Agora vamos colher o que plantamos. Realizaremos neste segundo semestre as grandes obras que a Bahia espera. E o planejamento minucioso que está sendo feito pelo secretário Pinheiro nos dá a garantia de que todos os compromissos do nosso governo serão cumpridos.

Tivemos uma perda de mais de 700 milhões do nosso Orçamento, o que obrigou o governo a fazer os ajustes necessários para cumprir seus compromissos. E aqueles que disseram que os fornecedores, os empresários e os empreiteiros que

prestaram serviços para o Estado não receberiam, podem abandonar esse discursinho, na medida em que ele não está mais na ordem do dia. Já foi feito um entendimento, e agora, no início de agosto, todos esses empresários vão ter suas contas cobertas para retornarem às obras tão necessárias para a nossa população.

Claro que o ajuste teve de ser feito, porque não seria o nosso governo que faria pagamento sem o devido planejamento, sem o devido encaixe técnico no Orçamento. Mas agora, quando as coisas retornam ao seu lugar, vamos comemorar muito. E tenho certeza de que a nossa vitória será esmagadora, porque, com as obras que estão previstas, a Bahia não esquecerá jamais este governo.

Amanhã mesmo estaremos com o governador Wagner em Vitória da Conquista, onde será dada a ordem de início das obras de recuperação dos 130 quilômetros que ligam Brumado – Vitória da Conquista – Itambé. Na semana passada estive com o governador na região de Bom Jesus da Lapa para entregar obras importantes à população baiana.

É isso, talvez, que está deixando atormentada a nossa Oposição. Na verdade, este governo está fazendo o que não se fez neste Estado por muitos anos. Somente com o Programa Água para Todos mais de 1,2 milhão de baianos já tiveram acesso à água tratada nas suas residências. Isso é cidadania; são políticas públicas para melhorar a qualidade de vida do nosso povo.

Essa forma de administrar tem deixado muita gente preocupada. O governador, um democrata, está sendo aclamado. A Bahia nunca viu antes um homem que trate tão bem a sua população como o governador Wagner. Ele tem sido acolhido de forma carinhosa em todos os cantos do nosso Estado, levando água aos diversos municípios e distritos que no passado ficaram sem ter acesso a esse bem precioso.

Recentemente, o acompanhei durante uma visita ao distrito de Cocão, em Wenceslau Guimarães. As mais de 4 mil pessoas que residem naquela localidade não tinham acesso à água, mas lá estava o governador inaugurando o sistema de abastecimento de água, através da Cerb.

Em Bom Jesus da Lapa tivemos a inauguração da Praça Marechal Deodoro, um espaço público como Lapa merecia. Entregamos essa praça e depois fomos anunciar, em Paratinga, mais de 7 milhões de investimento no sistema de abastecimento de água para atender a caatinga daquele importante município da região do nosso querido São Francisco. Aquela cidade ficou, no passado, sem ter a devida atenção dos governos, mas agora recebe o apoio desejado. Por isso a praça estava cheia, com a população aplaudindo o governador Wagner.

Estamos muito felizes com o início da BA que liga Porto Feliz a Xique-Xique, a nossa querida Estrada do Feijão, que a Oposição tanto reclamou aqui. E agora, na hora certa, vamos recuperá-la, como também de Xique-Xique a Barra, para entregar àquela maravilhosa população da região de Irecê, que hoje tem mais de 300 mil habitantes, essas importantes obras, para não terem o que falar do nosso governo.

Como também, através da Cerb, vamos enfrentar o problema do abastecimento de água naquela região, que viveu um colapso com as obras de infraestrutura feitas pelo governo passado. Obras pela metade, inacabadas. Por isso, tivemos de aumentar

a capacidade da Adutora do Feijão.

Agora, a Cerb está fazendo um estudo para trazer água do São Francisco para jogar na Barragem de Mirorós. Com isso garantiremos o abastecimento humano daquela gloriosa região de Irecê. Na verdade, não só o abastecimento humano, deputado Pedro Alcântara, mas também reativaremos a agricultura irrigada no município de Ibipêba, no distrito de Mirorós, que V.Ex^a sabe que é uma região produtora. Só que atualmente, com essa barragem tendo menos de 20% da sua capacidade, os agricultores estão sem poder trabalhar.

Estamos muito felizes porque o nosso governo deslança e resolve os problemas cruciais do Estado e, acima de tudo, firma a bandeira da democracia. Essa, sim, é a grande obra deste governo. O governador Wagner tem sido um incansável lutador, homem democrático, homem que tem conversado com todas as forças para implantar um modelo político diferenciado em nosso Estado.

Portanto, não poderia aqui deixar de registrar essas conquistas importantes e parabenizar o secretário Pinheiro pela sua habilidade e capacidade. Agora mesmo está buscando recursos do governo federal para resolver o problema da inadimplência do Estado junto aos bancos, aos organismos financeiros. Vários agricultores familiares de diversos municípios do Estado não puderam cumprir seus compromissos com os bancos devido à falta de chuva, devido a fatores naturais. O Estado está absorvendo essa dívida para poder novamente tornar-se apto a receber recursos do Planaf e aí, sim, investir na agricultura familiar, que é uma atividade que gera emprego, renda e justiça social.

Somente um estado que tem compromisso com as minorias, somente um estado que tem compromisso com o desenvolvimento adota medidas como essas para garantir o retorno à normalidade de um setor econômico importante que é a agricultura familiar. Tenho certeza de que outras obras serão iniciadas no nosso governo, mas a maior certeza é a de que vamos fazer na Bahia o que não foi feito. É comum aqui ouvirmos os nobres colegas, com todo respeito a todos da Oposição, reclamarem da saúde pública do nosso Estado, mas nunca se fez tanto pela saúde neste Estado como no nosso governo.

Recentemente, estivemos entregando o Hospital Regional de Juazeiro, uma fábula na área da saúde pública. Investimentos maravilhosos foram feitos ali para ampliar as UTIs, para ampliar a oferta de leitos, compras de equipamentos modernos para garantir à população daquela região um tratamento digno. Temos visto muitos outros investimentos que o nosso governo tem feito para melhorar a saúde dos baianos. Agora, claro, sabemos que não vamos recuperar tudo, até porque este Estado ficou praticamente 40 anos sem os devidos investimentos nessa área e não seria em dois anos, dois anos e meio, que resolveríamos todos os problemas. Mas a convicção, o domínio e a determinação que tem o secretário da Saúde Jorge Solla, esse grande estadista que tem sido vítima muitas vezes de calúnias pequenas de alguns que o tentam atingir, são muito grandes. O conhecimento de causa que o secretário tem nos dá a certeza de que a saúde pública na Bahia viverá uma nova fase e que em breve estaremos diminuindo a necessidade dos pacientes de terem que sair de forma

humilhante das suas regiões para serem tratados em Salvador, como fez o governo do DEM a vida toda: maltratava as pessoas trazendo-as para fazer tratamento em Salvador.

Hoje, estamos descentralizando os investimentos em equipamentos, na saúde, apoiando importantes hospitais regionais para que a nossa população não tenha que sair dos diversos cantos para vir sofrer aqui nas filas dos hospitais. Por isso, Sr. Presidente, temos a convicção de que vamos fazer muito mais. Iremos fazer neste segundo semestre as obras necessárias para que a Bahia realmente continue no caminho certo. E aqueles que não estão satisfeitos continuarão reclamando.

Temos a certeza de que o povo baiano está aprovando, o povo baiano está satisfeito com o governo Wagner. Temos a certeza, para concluir, Sr. Presidente, de que iremos sair com a Bahia diferente no final do governo Wagner e de que povo baiano terá capacidade de escolher para a continuidade de um projeto democrático. Não temos mais espaço para chicote na Bahia. Agora é a hora do trabalho, da democracia e, acima de tudo, da consciência do povo baiano. Parabéns, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou representante do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Roberto Carlos, que neste momento fará um *show* na tribuna.

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Deputado Roberto Carlos, V.Ex^a dispõe de 10 minutos e, evidentemente, da tolerância própria da Casa.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Deputados, povo que prestigia esta Casa, funcionários, Imprensa, por dever de consciência, mudei o meu pronunciamento. De tanto ouvir os deputados reclamarem do nosso governador Jaques Wagner, eu, como cidadão, baiano, político e nordestino, tenho a obrigação de expor o meu ponto de vista. As ações que o governador Jaques Wagner tem feito em toda a Bahia propõem melhor qualidade de vida ao povo baiano, deputado Luciano Simões. A prova disso, Sr. Presidente, deputado Gilberto Brito, é que no dia 15 de julho de 2009, precisamente em Juazeiro, aniversário de 131 anos da cidade, o governador deu um presente grandioso à população daquele município: um novo hospital regional de Juazeiro. Claro que as obras foram iniciadas no governo de Paulo Souto, mas elas foram paralisadas logo que o governador Paulo Souto perdeu as eleições em 2006. Logo após, o governador Jaques Wagner em dois meses de governo fez com que a empresa voltasse ao hospital para retomar as obras.

Aqui tenho uma foto das obras, quando o governador Jaques Wagner assumiu o governo e deu andamento aos trabalhos que custaram 30 milhões de reais: um hospital novo com 134 leitos, 10 leitos de UTI e todas as especialidades que a medicina oferece a um hospital público de tal porte.

Sr. Presidente Gilberto Brito, só em Salvador se encontra hospital desse nível,

não há em cidade alguma do interior outro com 134 leitos e 10 leitos de UTI. Quero registrar que toda a rede pública e privada de saúde em Juazeiro só tem 7 leitos de UTI, e só o hospital regional de Juazeiro vai ter 10 leitos de UTI, acabando ou diminuindo o sofrimento, Sr. Presidente, daqueles que não nasceram com o necessário poder aquisitivo para que possam ter um plano de saúde. Agora, o governo está oferecendo. E não é necessariamente o médico quem vai decidir quem vai morrer ou quem vai continuar vivo à espera de um leito de UTI, porque muitas vezes em Juazeiro o médico teve que decidir quem morre e quem vai continuar vivo, por falta de espaço de UTI.

O governador Jaques Wagner, inaugurando-o no dia 15, deu de presente à região de Juazeiro um hospital novo, onde foram investidos 30 milhões de reais. O governador Jaques Wagner, juntamente com o secretário Jorge Solla, tem feito muito pela saúde da Bahia.

Agora, recentemente, vimos o governador inaugurar cinco hospitais na Bahia. São 1.100 leitos novos para atender a população da Bahia; são muitos os investimentos, são 400 PSF's que o governador tem feito na Bahia. As coisas estão acontecendo, deputado Gilberto Brito, de forma diferente da dos governos passados, porque o atual governo usa um método diferente de administrar. Não tem mais aquele chicote na mão. Acabou a truculência e a arrogância.

Agora, o governo trabalha com democracia, ouvindo a população, ouvindo aqueles que, muitas vezes, em governos passados eram esquecidos. Agora, o governador faz questão de dizer inclusive que a maior obra do governo não é uma obra do cimento, não é uma obra do “craw”, não é uma obra de uma estrada. A maior obra de um governo é tratar das pessoas. E o governador Wagner tem tratado com muito carinho. Quanto a tratar das pessoas, o governador Wagner sabe tudo.

Por isso, Sr. Presidente, neste primeiro dia depois do recesso da Assembleia, quero parabenizar o governador Wagner. O deputado Pedro Alcântara esteve presente na grande inauguração do Hospital Regional. E tantas e tantas outras coisas o governador Wagner tem feito pela Bahia.

Agora, claro, temos um governo democrático, um governo aberto, um governo transparente, diferente de tantos outros governos. E eu me lembro muito bem de quando eu era Líder da Oposição em 2005, nós tivemos de ir à Justiça para que uma das prerrogativas dos deputados estaduais pudesse prevalecer que é a fiscalização ao governo do Estado. E foi através da Justiça que fizemos um acordo para que o governo pudesse liberar senhas para que nós, deputados estaduais, pudéssemos cumprir com as nossas obrigações que é fiscalizar, deputado Valdeci. Isso é cumprir com a nossa obrigação.

Vejam, nos governos passados, nós não tínhamos como, verdadeiramente, fiscalizar o governo do Estado, deputado Paulo Azi. Mas, agora, é diferente, pois o governo criou a transparência Bahia, ou seja, não são somente os deputados estaduais que podem fiscalizar o governo do Estado e perceberem como o governo fica investindo o dinheiro público. Não! O povo também, ou seja, a população pode também acompanhar o governo e verificar como o governo vem investindo o

dinheiro da população.

Por isso, eu quero, mais uma vez, parabenizar o governador Wagner pela grande administração que vem fazendo à frente da Bahia. Claro, não é uma administração como muitos desejavam que fosse. Há aqueles que têm ainda em mente que os governos devem administrar com o chicote numa mão e na outra mão está o dinheiro para convencer a população e o povo.

O governo Wagner tem administrado com coerência, com jogo de cintura e, acima de tudo, tem administrado para favorecer a maioria da população da Bahia sem discriminar ninguém, sem aquele método que diziam há muito tempo, ou seja, “para os amigos, tudo; para os inimigos, nada”. O governador Wagner não discrimina ninguém. O governador Wagner é governador para todos os baianos. Claro, o governador tem tratado daqueles menos favorecidos, aqueles que, por muito anos ou décadas não tiveram a oportunidade de ter água para beber ou de não ter energia elétrica em sua comunidade ou de não ter água para o consumo dos animais. Mas não! Hoje, com o governador Wagner, isso é diferente, pois são tratados com muito carinho.

E eu registro aí a minha satisfação e a minha alegria por ter um grande governador, por ter um governador que cuida da Bahia e de seu povo sem usar a truculência, sem usar a arrogância para convencer a população. Por isso, a população está dizendo aí: “Queremos bis. Queremos a renovação do governador Wagner. Queremos que o governador Wagner continue administrando a Bahia.” Por isso, nós estamos, verdadeiramente, felizes com a administração Wagner.

Agora, mais do que nunca, as coisas vão acontecer na Bahia de maneira organizada, de maneira democrática e de maneira aberta para que a população possa usufruir do seu governo, porque nós somos empregados do povo e como bons empregados devemos zelar pelos nossos patrões que é a população mais sofrida, que é população que, muitas vezes, não tem vez e não tem voz.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Com a palavra o Líder da Minoria ou o representante do PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, falará por 5 minutos o deputado Paulo Azi, essa grande liderança baiana, e pelos 5 restantes, o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):-Com a palavra o nobre parlamentar deputado Paulo Azi.

O Sr. PAULO AZI:- Nobre deputado Gilberto Brito, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, quero cumprimentar a todos que acompanham esta sessão.

Sr. Presidente, esta Casa reinicia os trabalhos legislativos após o recesso parlamentar. E lamentavelmente a agenda política estadual, o debate político que precisa ser enfrentado neste momento recai ainda, deputado Heraldo Rocha, na grave situação das finanças públicas do Estado da Bahia.

A Oposição, desde outubro do ano passado, alertava o governo para a necessidade da adoção de medidas que viessem a minorar os efeitos da crise que se avizinhava. Infelizmente hoje constata o completo, total desequilíbrio das contas públicas das nossas finanças, o que vem afetando de maneira assustadora a qualidade dos serviços públicos, que já era, Sr. Presidente, bastante precária.

Estamos no mês de agosto, e o governo continua praticamente sem pagar a ninguém. As empresas terceirizadas estão sem receber as suas faturas, e as empreiteiras com as obras praticamente paralisadas também por falta de pagamento, sem falar da precariedade no atendimento à saúde e segurança pela falta de investimentos.

Vemos a cada dia um secretário diferente ir à imprensa dizer que neste mês vai regularizar. Primeiro era o secretário Carlos Martins, porta-voz do governo. Depois o secretário Walter Pinheiro, que prometia regularizar todas as finanças, todos os débitos do Estado até junho. E agora aparece o secretário Florêncio, presidente Gilberto Brito, falando que neste agosto todos os débitos governamentais serão sanados.

Aí, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu procurei fazer o levantamento do quanto este governo, por conta da crise econômica, já incorporou de recursos extras, deputado Valdeci, ao seu Orçamento.

O governo, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, se utilizou de R\$ 25 milhões em recursos da Embasa, o governo raspou o tacho e levou R\$ 55 milhões do Funprev. O governo recebeu, por conta de antecipação de recursos do Fundeb, R\$ 265 milhões; recebeu de antecipação, de recursos provenientes, da Lei Kandir R\$ 60 milhões.

Sr. Presidente, recebeu R\$ 60 milhões! Tivemos conhecimento agora, deputado Heraldo Rocha, de que também se utilizou de algo – vou concluir, Sr. Presidente – em torno de R\$ 30 milhões de recurso do Ipraj, do Poder Judiciário. Se acrescentarmos a isso R\$ 391 milhões que já ingressaram nos cofres do Estado provenientes do empréstimo do BID, deputado Heraldo Rocha, chegamos à astronômica cifra, deputado Gilberto Brito, de R\$ 827 milhões...

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Para concluir, deputado.

O Sr. PAULO AZI:- Vou concluir, Sr. Presidente.

(...) E olha que não estou aqui incluindo empréstimo da ordem de R\$ 375 milhões do BNDES, portanto, foram R\$ 827 milhões de recursos extras que entraram no caixa do Estado e ainda assim esse governo não faz com que os seus compromissos, seja com terceirizados, seja com empreiteiros, seja com os investimentos para a melhoria da qualidade do serviço público, venham a ser saldados.

É lamentável, Sr. Presidente, que na reabertura dos trabalhos legislativos nós ainda tenhamos a mesma agenda: a falência financeira do nosso Estado.

Muito obrigado a V.Ex^a pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Com a palavra o deputado João Carlos

Bacelar pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, deputada Maria Luiza, Srs. Deputados, sem radicalismo, mas também sem a necessidade de estar aqui agradando o governador, quero, mais uma vez, chamar a atenção para a grave questão da segurança pública, aliás, da insegurança pública. Vinte e um homicídios em Salvador e Região Metropolitana no último final de semana.

No dia em que o Sr. Ministro da Justiça veio lançar o Pronasci, um tenente da Polícia Militar matou um perito da Polícia Civil. Ontem, um delegado, segundo a imprensa noticia, embriagado, com forte armamento no seu veículo, depois invadiu a Corregedoria, agredindo diversos funcionários da Polícia Civil.

A Polícia Militar em estado de greve, não encontramos a Polícia Militar fazendo o policiamento ostensivo. A Polícia Militar não obedece às orientações do Sr. Secretário da Segurança Pública. O Ministério Público entrando com diversas representações porque nos municípios não temos delegados, não temos escrivães; enfim, um caos total.

Nenhum delegado, deputado Heraldo Rocha, vai hoje para o interior sem que os prefeitos tenham que pagar R\$ 5 mil de gratificação. A Polícia Militar não vai para o interior do Estado e não faz policiamento ostensivo se os prefeitos não gratificarem.

Governador, a que ponto chegamos! Que problema estamos criando de ordem moral, de ordem ética, na segurança pública?!

À quem deve satisfação um major que está, por exemplo, no município distante da capital e recebe a remuneração da prefeitura, deputado Professor Valdeci? Esse oficial vai estar a serviço dos interesses politiquinhos e partidários do prefeito.

Não sabemos de nenhuma reunião do governador com o comandante da Polícia, com o secretário de Segurança e com o delegado-chefe. O governador precisa dar uma palavra de tranquilidade à população baiana; precisa reunir a cúpula, precisa chamar o secretário de Justiça também.

Esse é um assunto, deputado Gilberto Brito, V.Ex^a que preside esta sessão e que é um técnico da área, nós estamos perdendo todo o controle sobre a área de segurança pública. É grave, gravíssima a situação da Bahia.

Não temos uma política de segurança, e todo o aparelho está sendo desestruturado sem que tenhamos uma autoridade que tome a frente da questão.

Deputado Heraldo Rocha, a Bancada de Oposição tem que apelar ao governo federal, tem que haver uma intervenção na Bahia na área da segurança, porque o governador não cuida. O governador abandonou o baiano na mão da criminalidade. Assaltos, homicídios, o tráfico comandando a capital e não se toma uma providência.

O governador se reúne com qualquer segmento que reclama, mas não se reúne com a Secretaria da Segurança Pública. Estamos sem autoridade, estamos sem coordenação e, enquanto isso, o toque de recolher impera na cidade de Salvador; enquanto isso, nos bairros populares, a população está refém de uma Polícia mal preparada e, do outro lado, da bandidagem.

Esse é um problema sério, Sr. Presidente, e fica aqui, mais uma vez, a nossa advertência sobre essa grave situação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Com a palavra o Líder do governo ou o líder do Bloco Parlamentar PDT, PSC, PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Valdeci.

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Com a palavra o nobre Professor Valdeci.

O Sr. PROF. VALDECI:- Sr. Presidente, deputado Gilberto Brito, deputados aqui presentes, deputada Maria Luiza, quem nos assiste pelo *Canal Assembleia*, quem nos ouve pelo sistema de som da Casa, nesse primeiro dia após o recesso parlamentar eu quero fazer minhas, as palavras do deputado Álvaro Gomes, do PCdoB, nós todos, parlamentares, trabalhamos e muito neste mês de julho de 2009, escutando a população, principalmente do interior baiano.

Quero dar os parabéns ao município de Canápolis, que fez 47 anos de emancipação política, e também de Morpará, onde são prefeitos do PT, aos quais queria dar os parabéns pela festa bonita que realizaram, à qual estive presente. Quero parabenizar também o prefeito de Wanderley, Bionor, que, nesse final de semana, realizou a Festa do Milho, que foi maravilhosa. Quero dar os parabéns também à Associação do Fundo de Pasto, de Oliveira dos Brejinhos, que, nesse final de semana, realizou a Feira do Bode, na BR-242, à qual estive presente também.

Quero agradecer ao governador Jaques Wagner pelo início das obras da BA-172 – onde os homens estão trabalhando há mais de 15 dias –, no trecho que liga Javi, no município Muquém do São Francisco, a Santa Maria da Vitória.

Quero parabenizar também todas as secretárias municipais da educação, que estão realizando as conferências municipais, em preparação para a Conferência Nacional de Educação, que se realizará em abril de 2010. Em particular, quero parabenizar secretária da Educação de Santa Maria da Vitória, professora Edna Gomes, pelo debate que realizamos nos dias 29 e 30, em Santa Maria da Vitória, na Conferência Municipal, que contou com a participação de mais de 500 pessoas da comunidade escolar.

Quero dar os parabéns ao nosso secretário Walter Pinheiro pela demonstração de competência e agilidade ao articular várias secretarias e agradecer-lhe pela maneira como recebeu a Comissão Voluntária pela Segurança e Paz de Barreiras para discutir sobre a segurança pública e as obras do aeroporto daquele município. Ficamos mais de uma hora discutindo a infraestrutura da região de Barreiras, bem como da sua microrregião, e o secretário Pinheiro demonstrou todo o seu conhecimento ao citar os números sem olhar para nenhum papel. Assim, quero agradecer ao secretário Walter Pinheiro pela atenção que deu ao povo de Barreiras, uma das minhas áreas de atuação.

Quero concordar com a Bancada de Oposição com relação ao Orçamento. Precisamos discutir mais a peça orçamentária do Estado e a crise econômica, afinal

de contas somos a Assembleia Legislativa, o Poder Legislativo, e temos a obrigação de fiscalizar, acompanhar e discutir a crise que dominou o mundo, mas que, graças a Deus e ao poder genial do presidente Lula, não nos atingiu. Tanto que estamos, mês a mês, baixando a nossa taxa de juros. Precisamos fazer a discussão da política macroeconômica da Bahia, com seus 14 milhões de habitantes, e verificar como está o nosso desenvolvimento. Para ser-lhes sincero, nesses 6 meses que fiquei aqui senti a falta desse debate, com base científica, principalmente por parte da Oposição, mas que quero fazer aqui, nesse início de agosto, com relação à execução orçamentária.

Quero registrar que, na área da Educação, até o dia 27 de julho, o governo do Estado da Bahia, em 2009, executou 41,7% do orçamento. Nesse ponto, quero fazer a discussão de onde se aplicou essa parte do orçamento da educação, na qual estão previstos algo em torno de 2,5 bilhões de reais.

Faço esse chamamento aos Parlamentares, principalmente aos deputados que possuem mais experiência, porque não a tenho, mas quero consegui-la, para discutirmos a peça orçamentária pública, com dados reais e científicos, e não, simplesmente, o debate político-eleitoral, que já se antecipou devido às candidaturas de Dilma e Serra, no cenário nacional, e à necessidade de os partidos realizarem os debates.

Por último, quero reforçar a minha convicção de parlamentar baiano pelo Partido dos Trabalhadores de que estamos fazendo uma política pública diferenciada na Bahia e conclamar os nove Partidos que apoiaram e elegeram Jaques Wagner, inclusive o PMDB, para fazermos uma discussão do projeto baiano e não uma discussão de pessoas. As pessoas são importantes, mas o projeto político nacional e estadual é muito mais importante do que elas. E o nosso projeto de 2006 deve ter continuidade.

Quero fazer um apelo aos presidentes estaduais do PT, PMDB, PV, PSB e dos demais partidos para ampliarmos o leque de legendas que têm responsabilidade com o crescimento e o desenvolvimento econômico, social e ambiental da Bahia para reforçarmos o nosso time, e assim possamos, em consonância também com o Partido dos Trabalhadores e o PMDB em nível nacional, fazer desta Bahia um local muito melhor para se viver.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Com a palavra o Líder do PR para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Pedro Alcântara:- Inicialmente, Sr. Presidente, falarei por 4 minutos. Em seguida, o deputado Elmar Nascimento ocupará a tribuna pelo restante do tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Com a palavra o deputado Pedro Alcântara por 4 minutos.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, aqueles que nos honram com suas presenças, ouvintes da nossa TV, em primeiro lugar, quero desejar boas-vindas aos colegas. Não tenho dúvida de

que, considerando-se as questões de ordem política e administrativa, este será um semestre rico em debates. A política baiana nunca esteve tão efervescente como está agora. Com certeza, até setembro os debates serão calorosos e importantes aqui no Plenário da nossa Casa e noticiados pela mídia baiana e brasileira.

Amanhã, deveremos usar o Grande Expediente para abordar alguns temas, como a administração Jaques Wagner e o porquê de não se votar projetos aqui nesta Casa, como levantado hoje, no Grande Expediente, pelo ilustre deputado Álvaro, mostrando que é um vício crônico do Parlamento brasileiro, não só do baiano. Até da Câmara Alta, que tanto falou durante 2 anos e tanto em uma reforma política e nada fez, só veio um esboço de uma reforma eleitoral que não atende a nada. Enfim, apenas uma reforma eleitoral, deputado Maria Luiza Laudano, e nada da reforma política, que tanta expectativa criou neste País. Então é difícil a ação parlamentar para a votação de projetos.

Nesta Casa falou-se na criação de uma comissão especial para discutir os 20 anos da nossa Constituição, deputado Luciano Simões. E nós, como deputados constituintes, aguardamos essa comissão até para rever a nossa Carta estadual, para identificar onde está o gargalo que impede a votação de projetos. Na verdade, quase nada pudemos fazer aqui, enquanto deputados constituintes, porque a Constituição Federal foi tão detalhista que deixou um resíduo para nós. Enfim, não se pode elaborar projeto que gere custo. Quero saber qual o projeto que não tem custo, nem que seja de um tempo, de uma folha de papel, de um funcionário, etc.

São essas questões que precisamos debater. Achava que era possível implantar na reforma política o voto distrital, pelo menos o distrital misto. Não aconteceu. E sou, por natureza, um deputado distrital. Não tenho conhecimento da política administrativa de S.Ex^a o Sr. Governador em todo o território baiano, mas tenho na minha região, deputado Álvaro Gomes.

Amanhã, vamos fazer nesta Casa um relatório das ações do governo em Juazeiro, mostrando o vultoso volume de recursos aplicados para resolver problemas que ficaram na ordem do dia durante 20 anos. Graças a Deus, agora temos o nosso Hospital Regional, a duplicação da ponte de Juazeiro, a nossa BR-407. Hoje, Uauá está em festa porque foi licitado o trecho Canché – Uauá, onde mais de R\$ 100 milhões serão investidos. Enfim, vamos fazer, deputado Heraldo Rocha, uma ação que é obrigação e dever do governo, que é atender as demandas da região. Tivemos a nossa Fenagri, em Juazeiro, de 15 a 17 de julho e chegamos a um volume superior a 100 milhões de reais de negociações. O PAC do Saneamento de Juazeiro está funcionando na sua plenitude, embora, até a contrapartida do município, que ficou em débito com o prefeito anterior, o Governo da Bahia colocou.

Nós estamos em dia com a obra que vai sanear 95% de Juazeiro. Uma obra em torno de 70 milhões de reais, em dia. As construtoras em dia, o hospital regional concluído, entregue à população com seu funcionamento pleno, com uma medicina de alta complexidade, um investimento de 30 milhões de reais pagos às empreiteiras, receberam do Estado os recursos.

Enfim, é esse o debate que nós queremos aqui nesta Casa e, claro, o debate

político. Para concluir, meu caro deputado Gilberto Brito, poeta desta Casa, grande defensor do sertão, tive o prazer de ler um dia desses um de seus artigos no programa “Juazeiro Sem Fronteiras” sobre o Mandacaru e outro, também, no passado sobre Patativa do Assaré. V.Ex^a realmente é um deputado que faz suas indicações através da poesia, da lucidez que tem. Então amanhã, no horário do nosso partido, nós vamos trazer um relatório completo, porque é um tempo mais prolongado, que são 25 minutos, para traduzirmos as ações do Governo e claro, abrir o debate político nesta Casa. Teremos um semestre realmente efervescente e rico no debate político.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Gilberto Brito):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, aproveitei o Recesso Parlamentar para dar uma viajada pelo interior, visitar as bases, oxigenar, ouvir o que é que tem falado o povo, deputado Heraldo Rocha, o que é que tem achado do desempenho do governo e a forma como o Estado se encontra. E não pode se ter outra conclusão. Parece que estamos vivendo em mundos diferentes. O governo vive um momento de caos completo. Um estado pré-falimentar, o pior indicativo que pode haver para um governante, para um gestor público é o atraso de salário. E os funcionários terceirizados do estado estão com 4 ou 5 meses de atraso no pagamento dos seus salários.

A infra-estrutura do estado está completamente sucateada, eu ouvi ontem, e aqui há pouco o deputado Edson Pimenta falando da região de Irecê. Estive na região de Irecê esse final de semana e não há um único quilometro de estrada recuperada por este governo. A única estrada feita é Porto Feliz a Mundo Novo, feita ainda durante o governo de Paulo Souto. Não há uma única sala de aula construída, deputado Zé Nunes. Em relação à saúde, vá a um hospital em Irecê e veja o que está funcionando. As pessoas estão tendo que se deslocar para Barreiras, Salvador, para lugares distantes e quando chegam em Salvador a realidade é pior ainda, os médicos 'têm que dar uma de Deus' para escolher qual é o que vai sobreviver, qual é o que vai morrer porque não se atende a todo mundo.

Fala-se na pandemia da gripe suína, deputado Zé Nunes, e, aqui na Bahia, já morreram mais de 80 pessoas por conta da dengue, por falta de intervenção do Estado, por incompetência e inoperância do secretário de Saúde no Estado.

A Segurança Pública é uma catástrofe, chega a ponto de num primeiro momento na Bahia, que nunca existiu na história deste estado, de o Ministério do Público no interior já começar (e vai ser perigo se isso virar moda) a entrar com ações, os promotores de Justiça, contra o Estado porque não estão fazendo funcionar a Segurança Pública e só funciona a Segurança Pública neste Estado, deputado Zé Nunes, onde o prefeito banca, dando gasolina, recuperando as viaturas. Enfim, dando a mínima condição para que a Polícia Militar e Civil funcionem.

Uma Companhia independente de Polícia Militar, deputado Zé Nunes, que há 5

anos atrás recebia R\$ 6.000,00 para combustível, quando o óleo diesel era 1 real, recebe hoje R\$ 4.500,00. Fez foi reduzir o valor.

Os comandantes estão mendigando ajuda dos prefeitos para poder funcionar. Por qualquer motivo o governador se desloca para o interior e a viagem dele custa mais caro do que as obras que vai inaugurar. Está inaugurando poço artesiano, deputado Gildásio, obras de luz para todos, que custa 5 ou 10 mil reais.

Vai fazer uma viagem e leva o helicóptero, quando, do campo de pouso para a sede dura 15 minutos e ele chega de helicóptero. Só o deslocamento do helicóptero é mais caro do que a viagem, do que a obra que vai inaugurar no interior. Sabe por quê? Deputado Rogério Andrade, meu caro vice-presidente, que assume neste instante. Porque não tem uma única obra com recurso do governo do Estado.

Ouvi o governador falando nesta semana, na rádio no horário do governador e ele gasta muito na imprensa. Não tem uma única obra cujo recurso seja oriundo do tesouro do Estado. Fala das obras do Luz para Todos; do sistema viário 2 de julho, que foi com recursos da Infraero; da ferrovia que ainda está no projeto de execução e os recursos são do Ministério dos Transportes.

Mas, o governo do Estado chega ao cúmulo de cometer improbidade fazendo propaganda do que não existe. Fala de saneamento que não existe, deputado Rogério Andrade; em Jacobina, não tem rua sendo saneada com recursos do governo do Estado.

Da mesma forma que falou de saneamento básico em Santo Antônio de Jesus, deputado Rogério Andrade, fez em Jacobina. E não tem 1 metro feito com recursos do Estado.

O estado está quebrado, o governo deve a Deus e a todo mundo. Todo dia anuncia que o empréstimo destinado a investimentos e a repactuação de dívidas do estado vai ser utilizado para pagar... Ainda é um governo frouxo.

O governador disse que não admitiria ninguém construir candidatura dentro do governo.

Assisti, sábado, ao ministro Geddel Vieira Lima dizer que ha três meses entregou os cargos ao governador. Ele não demite porque não encontra ninguém para substituir os secretários que são os melhores do governo. O governador tem um candidato ao governo do estado e o partido está no governo. Além de tudo é um governo frouxo.

A minha preocupação é que a Bahia vai ter que decidir entre voltar ao passado com Paulo Souto ou ir para o futuro com Geddel, porque este governo do jeito que está, escreva o que eu estou dizendo, deputado Rogério Andrade, o governador Jaques Wagner não vai para o 2º turno se teimar em ser candidato. Não vai para o 2º turno porque a rejeição no interior é grande. Haja vista a última pesquisa do PTB e o governador disse que foi aprovado. Ele não está lidando com leigos. O ruim e o péssimo dele são superiores ao bom e ótimo. Os 48% de indecisos incorpora no ruim e péssimo. Tem 75% de rejeição, só quem não anda é que não vê a rejeição a este governo.

Um governo que, faltando 1 ano e meio para terminar o seu mandato...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Acabou, deputado Rogério Andrade.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem, nobre deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Deputado Heraldo Rocha:- É uma comunicação inadiável, Sr. Presidente. Sr. Presidente, a bancada de Oposição, preocupada com a grave situação financeira do estado da Bahia, o que inclusive me surpreendeu nesta tarde, porque nenhum prócer da base aliada do governo se manifestou, apesar de todos os parlamentares da bancada de oposição terem se manifestado sobre a situação pré-falimentar do nosso estado, deu entrada na secretaria da Mesa de um requerimento ao Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia que passo apenas rapidamente a ler o primeiro tópico para V. Exª.

(Lê): *“Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, deputado Marcelo Nilo.*

O deputado infrafirmado, na função de Líder da Minoria, vem perante Vossa Excelência, com fundamento no inciso IV do art. 86 da Resolução n 1.193/85, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia - reiterar...”

Reiterar, reiterar! Veja a preocupação, Sr. Presidente, deputado Rogério Andrade, da Bancada da Oposição: reiterar o requerimento a que deu entrada nesta Casa no dia 12 de março de 2009. Inclusive apelamos a V.Exª e aos deputados Júnior Magalhães e Fernando Torres, que fazem parte do Bloco oposicionista, que este assunto seja tratado na próxima reunião da Mesa Diretora, convocando uma sessão especial para que possamos discutir a situação do calote deste governo nos fornecedores.

Portanto, é um apelo que faço a V.Exª em nome da nossa Bancada para que este tema seja debatido com prioridade na próxima reunião da Mesa Diretora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, da forma como o deputado Álvaro Gomes colocou hoje que ele já foi relator de 200 projetos, e eu ainda não tive a honra de relatar nenhum, vou obstruir tudo quanto é sessão a partir de agora. Portanto, peço a V.Exª uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, acho que uma coisa não tem nada a ver com a outra. Eu me referi aqui foi ao relatório de projetos de parlamentares, e não do Executivo, como provavelmente está imaginando o deputado Elmar Nascimento. O deputado Zé Neto já distribuiu cerca de 1.300 projetos para os parlamentares. Acontece que os que chegam às minhas mãos devolvo logo, e existem outros

parlamentares que não devolvem. Daí o grande número de projetos que relatei, porque os que chegam às minhas mãos cumpro com a minha obrigação e devolvo imediatamente. Então, na realidade, são projetos de parlamentares. São 1.300 projetos de parlamentares distribuídos pela Comissão de Constituição e Justiça. Tive a responsabilidade de relatar aproximadamente 200. E todos os que chegam às minhas mãos, repito, devolvo imediatamente com o relatório pronto. Acho que é isso que deveriam fazer todos os parlamentares. Chegou com projeto, devolveu imediatamente.

Eu pediria a V.Ex^a que observasse os 15 minutos na verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. E faço um apelo a todos os deputados, tanto os de oposição quanto os governistas, para que se façam presentes porque tenho várias questões para debater aqui ainda nesta tarde e preciso fazer algumas considerações sobre determinadas observações feitas. Fora isso, ainda tenho vários temas para abordar porque nos 25 minutos em que tive a oportunidade de falar no Grande Expediente nós debatemos a tramitação de projetos parlamentares e não houve tempo para que pudéssemos debater outros assuntos. Mas tenho vários para discutir, inclusive uma questão que foi colocada por alguns deputados- salvo engano, um deles o deputado Gaban -, de que se solicitaria relatório de presença nas reuniões das subcomissões. Basta que seja aprovado esse projeto de resolução que apresentei em fevereiro de 2009 para que tenhamos isso abertamente, acesso diariamente, cotidianamente, às páginas do *site* da Assembleia Legislativa, de forma bastante transparente, o projeto de resolução que propus.

E espero contar com o apoio do deputado Gaban para aprová-lo. É um projeto que dispõe sobre a divulgação de relatórios de estatística semestrais das atividades. Então, este é um projeto que não foi apresentado nem solicitado hoje, mas em fevereiro deste ano. E é de minha autoria. Sendo aprovado teremos tranquilamente todas as informações necessárias.

Volto a reafirmar, inclusive, com dados objetivos e concretos em minhas mãos, que o que foi contestado há pouco tempo, que ainda sou, mesmo na Comissão de Finanças e Orçamento, um dos mais presentes – apesar de ser suplente, e suplente, naturalmente, não é titular. Se quiser posso dizer o número de presenças de cada um dos parlamentares. Penso ser desnecessário, mas se for necessário, posso fazê-lo. De todas as presenças, considerando reuniões realizadas e as que não aconteceram:

Deputado Adolfo (4), deputado Álvaro Gomes (10), deputado Arthur Maia (6), deputado Elmar Nascimento (13), deputada Fátima Nunes (3), deputado Gildásio (1), deputado Paulo Azi (5), deputado Paulo Câmera (1), deputado Pedro Alcântara (1) deputado Yulo (1), deputado Bira Corôa (10), deputado Gaban (11), deputado Ivo (11), deputado Luiz Augusto (12) , deputado Luiz de Deus (1), deputada Maria Luiza Laudano (1) e deputado Misael Neto (10).

Então, aqui estão as presenças.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Antes de dar a questão de ordem ao deputado Zé Neto, solicito aos técnicos de informática que, por gentileza, marquem os 15 minutos no painel eletrônico.

Pela ordem o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Quero dizer, deputado Elmar, que solicitei a questão de ordem dentro do tempo. O deputado Elmar disse que não há investimento em Jacobina.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Solicito que V.Ex^a marque a presença.

O Sr. Zé Neto:- Deve estar havendo algum problema. Confirmou. Pronto. Comecem a contar. Chicote, palmadas e gritos são coisas do passado. Já passou.

Quarenta por cento de oferta de água em 18/06 em Jacobina. Sabe quanto foi o investimento? Nove milhões de reais. Vinte e três quilômetros de adutora, a Barragem Cachoeira Grande para Jacobina. Outra: ordem de serviço de 30 milhões para SIAA, para fornecimento de água, 30 milhões para atender 118 mil habitantes. Falo isso aqui porque disseram há pouco que em Jacobina não havia investimento em saneamento.

V.Ex^a precisam saber um pouco mais, não só das contas do Estado, já que hoje existe acesso para quem quiser entrar, mas entrem também na comunicação que estão fazendo.

O deputado João Bacelar, por quem eu tenho todo respeito, disse que foram gastos 60 mil reais numa praça.

Deputado João Bacelar, não foi isso? Era o 47º aniversário de emancipação política e foi inaugurada em Ichu a Praça Ildebrando Cedraz. Início, 26 de junho. Valor: investimento aproximado de R\$ 312 mil. Foram realizados serviços de pavimentação, urbanismo, iluminação e colocação de equipamentos com bancos, lixeiras, mesas e gradis. É isso que é fazer política. É onda da Oposição. Já fui Oposição, não quero ser tão cedo, não vou ser tão cedo no Estado, até em Feira que sou Oposição tenho dialogado com o prefeito do DEM para ir arrumando as coisas e não ficar nessa picuinha Eu até compreendo hoje, como o governo do Estado, que não adianta ficar fazendo onda e não chegar no povo, porque tem picuinha que não vai muito longe.

Eu ouço aqui a toda hora o meu amigo deputado Gaban falando do governo do Estado, da arrecadação que está assim, que está assado. A maior dificuldade que enfrentamos é um modelo porque quando caiu a exportação na Bahia,...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado Zé Neto, atenha-se a sua questão de ordem.

O Sr. Zé Neto:- A questão de ordem está dentro do meu tempo. Sr. Presidente, eu estou dentro dos 5 minutos.

(...) O que aconteceu? Onde está esse problema? Em Feira está melhor do que no ano passado a arrecadação. No interior, está-se gerando mais emprego, a economia do Estado está mais nutrida no interior. Sabe por que, deputado Gaban? Porque o modelo criado na Bahia foi o que concentrou todo o desenvolvimento na Região Metropolitana. Concentrou o desenvolvimento no Polo Petroquímico, na indústria de ponta, e quando caiu a exportação a Bahia ficou em dificuldade.

Se estivéssemos hoje fazendo o dever de casa histórico, não de um ano nem de dois..., mas jogou-se o desenvolvimento para o interior, não se deixa o interior como o encontramos, sete municípios com cinco modalidades de atendimento médico,

antes não havia um hospital, uma universidade, e as universidades todas em dificuldades. A primeira vez que as universidades baianas encerraram o ano sem dever a ninguém foi em 2007.

Hoje na UEFS, por exemplo, fechamos o primeiro ano executando o que estava orçado e colocamos 6 milhões a mais. No segundo ano, 110 milhões foram executados, colocamos 20 milhões a mais na universidade. Foram mais de 80 milhões, deputado Rogério Andrade, nas universidades. Por quê? Porque queremos desenvolvimento no interior. Chegamos aqui e encontramos falência, apagão tecnológico no Estado, 4900 estudantes nas escolas técnicas. Aqui a ordem era acabar com escola técnica, já estamos com 29 mil estudantes nas escolas técnicas do Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Queira concluir, nobre deputado. V.Ex^a usou os 5 minutos e não formulou a questão de ordem.

O Sr. Zé Neto:- A minha questão de ordem é para que a gente dê sequência ao debate com os deputados que estão nos corredores, no cafezinho. Peço a V.S^a que os convoque para fazer parte deste momento de debate tão fundamental para que possamos esclarecer as resenhas que são colocadas aí no dia a dia e que as mentiras também sejam esclarecidas.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do nobre deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, deputado Zé Neto, preste atenção, tenho que lamentar a reestreia aqui do deputado...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Srs. Deputados, o deputado Gaban pediu questão de ordem.

O Sr. Gaban:- Gostaria, deputado Zé Neto, preste atenção, de lamentar que V.Ex^a já estreou mal porque as informações que lhe passaram mais uma vez foram erradas. V.Ex^a está falando de arrecadação do Estado, perde a arrecadação em função da exportação. Tem a Lei Kandir, exportação não vai gerar imposto para a Bahia. Há uma má informação da Secretaria da Fazenda, o único Estado do Nordeste que caiu a arrecadação no primeiro quadrimestre de 2009 foi o da Bahia. Outros Estados do Nordeste, mesmo com a crise, aumentaram a arrecadação. Se comparar com o Brasil inteiro, somente em três Estados, deputado Javier Alfaya, caiu a arrecadação nesse primeiro quadrimestre de 2009: Amazonas, Bahia e Minas Gerais.

Então, tem alguma coisa errada. É falta de gestão, é falta de competência, é falta de compromisso, é falta de ter feito o dever de casa como os outros estados nordestinos fizeram. Não é aí pensando em exportação que tem a Lei Kandir e que não gera imposto. Por isso, a secretaria está abarrotada, deixando a Bahia numa posição vergonhosa, o último e único Estado do Nordeste que no primeiro quadrimestre de 2009, deputado e querido amigo Zé Neto, caiu a arrecadação. O único do Nordeste! E dentre os três únicos do Brasil em que caiu a arrecadação, somente três Estados do Brasil, a Bahia no meio.

E digo mais: vou dar uma notícia boa para V.Ex^a: peguei a informação do PGM na Secretaria da Fazenda a arrecadação do governo da Bahia: 797 milhões, 62 mil e

21 centavos... Vamos considerar que vai entrar algum dinheiro da Coelba – que sempre entra –, acho que vai entrar na faixa de R\$ 801, 802 milhões de arrecadação de ICMS da Bahia, mas vamos supor que chegue até R\$ 804, e torço para isso. Se chegar a R\$ 804 milhões, se eu corrigir o que rendeu no mesmo ano, que foi 796 milhões, 217mil e 50 centavos, em julho de 2008; se eu corrigir esse valor pelo IPCA, sabe o que acontece com a Bahia no mês de julho? O secretário disse que a economia melhorou... Cai 3,41%. Resumindo, deputado Zé Neto, na Bahia, infelizmente, e para tristeza de nós todos, só houve um mês, que foi maio, em que aumentou a arrecadação de ICMS em 3,31. Nos outros meses houve queda: em janeiro caiu 10,3; em fevereiro, 17,48%; em março, 15,09%; em abril, caiu 7, 76%; em maio, repito, cresceu 3,31%; em junho caiu 13,407; em julho cai 3,41. Então, é lamentável, lastimável a falta de competência, a falta de gestão, a falta de compromisso.

Quer mais, deputado Zé Neto? Vou dar-lhe mais uma notícia: aquele projeto inconstitucional que nós aprovamos aqui, transferindo algumas atribuições dos auditores fiscais para os agentes de tributo, sabe o que fez? Mesmo com esta crise, a Bahia na posição vergonhosa de ser o último do Nordeste em arrecadação, tem 100 auditores fiscais do Estado de trânsito que estão de braços cruzados, porque não têm atribuição a fazer, não têm serviço, não há o que fiscalizar, e a obrigação deles seria a de fiscalizar o trânsito, e a Assembleia, num projeto inconstitucional que o secretário da Fazenda mandou...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado Gaban.

Estão de braços cruzados. E a Bahia precisando aumentar a arrecadação... Nem a mercadoria em trânsito está sendo fiscalizada. É com isto que a gente fica triste e a lamentar. Estou aqui com dados e são do PGM da Secretaria da Fazenda, de sexta-feira às 12h10mim26 segundos.

Como é triste, deputado Zé Neto, eu tenho que lamentar, porque deram-lhe informação errada, dizendo que a arrecadação na Bahia caiu por causa do plano de exportação... Exportação não gera ICMS, é a Lei Kandir que dá esses benefícios e essas isenções.

O Sr. Javier Alfaya:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem o deputado Javier Alfaya

O Sr. Javier Alfaya:- Muito obrigado, presidente.

Parece-me muito pertinente essa discussão levantada aqui por alguns deputados, mas acho que é bastante clara a situação econômica que estamos agora vivendo. Estamos numa fase de leve recuperação, depois de termos baixado muitíssimo – isso em termos de Brasil –, em decorrência de uma crise do modelo neoliberal que se inciou nos Estados Unidos, em 2007, se espalhou por quase todo o mundo capitalista. É unanimidade, até em plano internacional, a condição bastante segura e positiva que o Brasil teve e tem para enfrentar a crise que não é apenas de ordem financeira, embora este aspecto é o que mais tem-se ressaltado, evidenciado, tem sido, talvez, o grande provocador, porque a existência de imensa fortuna, imensa massa de riqueza fictícia implementada pelo sistema financeiro do mundo capitalista

fez com que boa parte dos países tenha chegado a uma situação de grande dificuldade, com quebra de bancos, de empresas, de cidadãos endividados por causa de grandes hipotecas, de empréstimos bancários e de outros compromissos. O Brasil conseguiu se proteger razoavelmente bem, tanto é, deputado Rogério, que a expectativa é a de que tenhamos um crescimento de 1%, algo mais do que 1%, neste ano de 2009, quando boa parte dos nossos vizinhos e países de polos mais desenvolvidos, com a indústria do mundo capitalista, estejam vivendo recessão ou crescendo um pouco mais de zero por cento ou mesmo tendo zero por cento de crescimento, que é o caso do Japão e de alguns países europeus.

No caso brasileiro, não, e no caso da Bahia, no governo nosso, dirigido pelo companheiro Wagner, que tem na Secretaria da Fazenda o competente Secretário Martins ao lado do Secretário de Planejamento, o companheiro Walter Pinheiro, tem comandado a arrecadação e os gastos do governo, principalmente, de maneira muito tranquila e segura. Tenho muita confiança na gestão dos dois secretários, acho que as intervenções do Secretário Walter Pinheiro na imprensa foram muito esclarecedoras, deixaram o empresariado que estava com valores a receber do governo com tranquilidade, o que permitiu a esses prestadores de serviços, em relação ao governo, segurança e a capacidade de continuar o seu trabalho, prestando serviços, realizando obras, como: pavimentação, construção de estradas e o fornecimento do material para o andamento do nosso Governo. E ao mesmo tempo ficou claro de que a queda que tivemos entre janeiro e final de abril, de quase ou mais de quinhentos milhões de reais, começou a ser parcialmente compensada com essa retomada da atividade econômica e com a arrecadação que voltou a subir a uma curva ascendente a partir do início do mês de maio. Mas não há, a princípio, deputado presidente desta sessão, Rogério Andrade, a expectativa ou a certeza ou a garantia que vamos recuperar todo o dinheiro perdido com a não-arrecadação havida nos primeiros meses deste ano.

Isso não depende do governo Wagner, não depende diretamente da gestão da máquina pública do governo da Bahia. O nosso governo tomou as medidas necessárias para facilitar a vida das empresas, estendeu o prazo para o pagamento de impostos, tem sido muito flexível no que diz respeito à aplicação dos incentivos fiscais para fazer com que cheguem novos investimentos através da Secretaria da Indústria e Comércio e Mineração.

Portanto, o nosso governo tem tido uma atitude, digamos, de reação muito correta inclusive com a intensificação no trabalho direto do nosso Governador, indo à Brasília e articulando-se em outras esferas, inclusive, em plano internacional, a chegada e a aceleração dos investimentos no que diz respeito ao porto sul e no que diz respeito à ferrovia Tocantins e o nosso Litoral baiano, entre Ilhéus e Itacaré, e outros grandes investimentos de infraestrutura que o nosso Estado tanto precisa para sairmos do atraso que foi deixado nessas décadas todas, fazendo com que a nossa economia se concentrasse muito perigosamente na Região Metropolitana de Salvador e em quatro ou cinco polos muitos espalhados pelo interior e provocando esse grande vazio...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. Javier Alfaya:- (...) que aliás V. Ex^a parece que é um deputado eleito com grande votação pelo Recôncavo. E entre outras áreas vazias ou com pouca atividade econômica em nosso Estado, certamente, está o nosso belíssimo e fantástico Recôncavo Baiano.

Então, o nosso governo tem essa visão estratégica, ampla, tem garantido a expansão das universidades públicas federais...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Queira concluir, deputado, por gentileza.

O Sr. Javier Alfaya:- (...) as universidades estaduais também têm sido reforçadas,

e essas grandes obras de infraestrutura para que o escoamento da produção e a chegada de novos investimentos na indústria, na agricultura, na mineração e no turismo possam ser garantidas e venham a ter sucesso aqui na Bahia. Muito obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Agradeço a V.Ex^a pela compreensão. Havendo apenas 12 Srs. Deputados, declaro a sessão encerrada no dia de hoje.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*